

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**Notas para uma história ameríndia nos Campos da Vacaria e de Cima da Serra,
Rio Grande de São Pedro (1727-1851)**

Maurício Machado Minuzzo

Porto Alegre

2010.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**Notas para uma história ameríndia nos Campos da Vacaria e de Cima da Serra,
Rio Grande de São Pedro (1727-1851)**

Maurício Machado Minuzzo

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora Profa. Dra. Adriana Schmidt Dias

Porto Alegre

2010.

Dedico este trabalho ao meu companheiro José Carlos, cujo apoio foi estrutural para a sua realização.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço minha orientadora, Adriana Schmidt Dias, por ter me apoiado durante toda esta graduação. Agradeço pelo carinho quando retornei ao curso de história, pois sua atenção foi muito importante naquele momento crucial da minha trajetória. Sua disposição como orientadora, desde a monografia da cadeira de Arqueologia que deu origem a este trabalho de conclusão de curso foi essencial na minha formação. Agradeço-lhe por ter acreditado na minha proposta, pelos seminários eletivos que foram tão importantes, pelas conversas que de forma descontraída balizaram minhas reflexões e pelo carinho gratuito que veio como bônus nessa relação acadêmica.

Adriana me acolheu em sua equipe, abrindo novos espaços por conta de seu profissionalismo e dedicação reconhecidos. Nesta equipe aprendi muito como profissional e como ser humano. Agradeço pela acolhida e pelo carinho desses colegas, especialmente a Gabriela Konrath, Mariana Neumann e Soraia Dornelles, que se tornaram minhas amigas. No laboratório de arqueologia passei as melhores horas da minha graduação, pois o trabalho sempre foi animado por discussões pertinentes a nossa formação e momentos de descontração memoráveis. Nesse sentido, agradeço a companhia da inesquecível Andrea e, neste último e cansativo semestre das amadas Roberta Marques, Bárbara Lopes (sempre nos visitando e ajudando) e Marilise Passos, com quem formei a equipe π e dividi toda a minha vida nesses últimos três anos. As aventuras da equipe π dariam um livro, onde eu poderia escrever o quanto esta amiga foi importante pra mim e quanto eu a amo.

Do outro lado da rua estiveram os tabajaras do outro *tekohá* e a nossa mobilidade foi estrutural. Agradeço a todos os membros do Nuparq pela acolhida, coleguismo e principalmente pelos momentos alegres que passamos falando sobre os Campos de Cima da Serra. De uma maneira muito especial agradeço a Jonas Gregório de Souza, com quem discuti por muitas horas os caminhos deste trabalho e cuja colaboração foi essencial, especialmente nas muitas vezes que o fiz ler meus rascunhos nesses últimos meses.

Agradeço aos demais colegas do curso de História da UFRGS, especialmente a Eduardo Peruzzo, Riva Chevalier, Renata Finkler e Clarissa Bones, o outrora Alto Clero, que foi tão importante na minha formação. Agradeço especialmente a Diego Marques e Krishna Chiminazzo que se tornaram grandes amigos e naqueles momentos nunca programados, juntamente com a querida Gisele, me fizeram tão feliz. A Marcos Luft agradeço pelo apoio imprescindível e pelos inesquecíveis resumos.

Neste curso de história tive a oportunidade de aprender com grandes mestres. Agradeço especialmente a Sílvia Petersen e Helen Osório. Eduardo Neumann e Fábio Kuhn merecem um agradecimento à parte, pois além de aceitarem o convite para a banca desse trabalho, ofereceram grandes contribuições para sua realização. Agradeço por sua atenção e dedicação ao longo de todo o curso.

A Karina Melo e Soraia Dornelles agradeço de forma especial por termos formado uma equipe que excede os limites acadêmicos e sua estratificação social. Obrigado por termos dividido nossas dúvidas, nossas angústias, nossas idéias e nosso planos. Obrigado por terem relevado minhas alterações de humor e se tornado grandes amigas, contribuindo de maneira muito especial para este trabalho e para minha formação.

Na UFRGS conheci muitas pessoas, mas uma em especial. A “Cle” eu agradeço não pelas incontáveis caronas, mas por ter se tornado meu anjo da guarda nos últimos anos.

Aos meus amigos de fora da universidade, agradeço pela paciência e por entenderem minha ausência nesse período de graduação. Um agradecimento especial a Patrícia Madruga que tanto me apoiou no primeiro dia de aula, quando eu estava num período muito difícil minha história pessoal.

Agradeço a minha família, sendo que é difícil ser sucinto neste momento. O recurso é o tradicional “obrigado por tudo”, pelas preciosas lições que me fizeram ser o que sou e pelo amor incondicional da maioria deles. A minha avó Almerinda agradeço por me falar do passado desde sempre, de uma maneira tão peculiar e fascinante que de certa maneira me fez estar aqui hoje, concluindo esta graduação. A meus pais agradeço por serem meu chão, meu sol e meu ar e especialmente por terem nascido na década de sessenta: isso com certeza fez toda a diferença.

Agradeço ainda aos membros das instituições que possibilitaram minha formação: aos meus professores desde o fundamental, aos professores e funcionários da UFRGS e às pessoas do CNPq, que juntamente com o esforço de minha orientadora, possibilitaram o acesso às bolsas de iniciação científica que foram tão importantes para minha permanência na universidade.

Por último e não menos importante, agradeço ao meu companheiro José Carlos Vieira da Silva, a quem dediquei este trabalho. Quem o conhece sabe o quanto é importante para mim a sua ação “estabilizadora” sobre minha alta voltagem emocional. Obrigado por ter me mostrado que o amor existe e por continuar mostrando nos mínimos detalhes do cotidiano.

Passei anos imaginado o que escreveria nesses agradecimentos, mas os momentos são únicos e, nesse sentido, peço perdão por algum eventual esquecimento.

“Os Campos de Cima da Serra são bons e os de Vacaria os mais
aprazíveis que tenho encontrado.”

Ofício do governador da capitania do Rio Grande de São Pedro,
Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, ao vice-rei.
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Divisão de Manuscritos, Códices 9, 4, 10.

Lista de Abreviaturas

AHRS Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre;

ANRJ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro;

BNRJ Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Sumário

Introdução	9
1	História indígena nos Campos da Vacaria e de Cima da Serra	12
1.1	A história dos índios	12
1.2	Nos Campos da Vacaria e de Cima da Serra	16
2	A fronteira tripartida	19
2.1	O caminho das tropas e a colonização portuguesa dos Campos da Vacaria	21
2.2	O “ano nefasto para os anais da Vacaria”	24
3	“Indignos bugres selvagens que infestam as matas deste município”: a recém criada vila de Vacaria e a relação com os indígenas no século XIX	28
3.1	“Nha Boreta, cos bugre não se meta”: O último assalto dos coroados	28
3.2	Alphonse Mabilde e a história dos coroados na primeira metade do século XIX	31
3.3	Os aldeamentos	36
4	Tupis e Tapuias nos Campos da Vacaria e de Cima da Serra	39
4.1	“Pecuária e índios bravos”	39
4.2	As cruzeiras e os bugres: índios cristãos e índios gentios	40
4.3	Outras relações entre indígenas e colonizadores	43
Conclusão	46

Introdução

Em, 16 de setembro de 1851, uma das primeiras ações da recém instalada câmara de vereadores da nova vila de Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria consistiu em informar ao governo provincial os acontecimentos do mês de agosto passado, quando duas fazendas da região foram atacadas por indígenas que os vereadores qualificaram como “indignos bugres selvagens que infestam as matas deste município”¹.

A criação da vila de Vacaria consolidou a presença luso-brasileira na região dos Campos da Vacaria e de Cima da Serra, que iniciara efetivamente no final da segunda década do século XVIII. Antes desse marco, houve incursões de habitantes da vila de Laguna por aquele espaço para apreensão de gado², mas o início da incorporação efetiva da região ao Império Português aconteceu entre 1727 e 1732, quando foram abertas a Estrada dos Conventos e, posteriormente, a Estrada das Tropas, que passavam por aquela região.

Durante o recorte temporal adotado nesta análise, a região dos Campos da Vacaria e de Cima da Serra correspondia à porção do extremo meridional do planalto brasileiro, conformada pelo Rio Pelotas ao norte, os contrafortes do planalto a leste e a sul e, a oeste, os espaços conhecidos como Mato Português e Mato Castelhana. O rio Pelotas constituiu a divisão entre as Capitânicas de São Paulo e Rio Grande de São Pedro. Os contrafortes do planalto, ou a serra propriamente dita, separavam aquele espaço da planície que ficou conhecida como Campos de Viamão, núcleo inicial de povoamento luso-brasileiro do Continente do Rio Grande de São Pedro. Finalmente, as denominações de Mato Português e Mato Castelhana, limites da região a oeste, são posteriores ao marco inicial da análise, mas desde que aparecem na documentação ou citados na historiografia, permanecem durante todo o restante do período analisado. Atualmente esta região é conhecida apenas como Campos de Cima da Serra e configura, segundo classificação do IBGE³, a microrregião de Vacaria, que mantém em certa medida a dimensão que tinha no período analisado neste trabalho. A microrregião de Vacaria (Anexo A), do estado do Rio Grande do Sul, compreende atualmente os municípios de Bom Jesus, Camará do Sul, Campestre da Serra, Capão Bonito do Sul,

¹ Carta da Câmara Municipal da Vacaria para o presidente da província. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), Correspondência expedida da Câmara de Vacaria, caixa 185, maço 343, (pasta 1851-1882), Vacaria, 16 de setembro de 1851.

² PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954 [1943]. v II. p. 186.

³ IBGE. Estatística populacional por microrregiões e municípios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2007/defaulttab.shtm>>. Acesso em 26 de outubro de 2010.

Esmeralda, Ipê, Jaquirana, Lagoa Vermelha, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes e Vacaria.

Ainda no final do século XVII e no início do XVIII, os jesuítas espanhóis e os guarani-missionários formaram naquele espaço uma reserva de gados ou, na expressão da época, uma vacaria. Localizada na fronteira entre os impérios ibéricos, a Vacaria dos Pinhais situava-se próxima da vila de Laguna que, segundo o Tratado de Tordesilhas, seria o extremo meridional das possessões portuguesas na América. Estava separada desta vila pela Serra que limita o planalto do litoral. A questão das fronteiras entre estes impérios marcou todo o século XVIII, sendo que juntamente ao que viria a ser o Rio Grande de São Pedro, a região dos campos da Vacaria passa a ser alvo dos domínios da coroa portuguesa, a partir do fim da segunda década do setecentos.

Nesse sentido, entre 1727 e 1732 foram abertos o caminho dos Conventos e o caminho das Tropas, que ligavam as campinas do Rio Grande e Nova Colônia do Sacramento ao planalto paulista, a fim de serem conduzidas as tropas de gado demandadas pela economia interna colonial.⁴ Trata-se do início da presença efetiva do Império Português na região do planalto meridional, concomitante ao início da ocupação do Continente do Rio Grande. Nos Campos da Vacaria e de Cima da Serra, essa ocupação lusa seria consolidada mais de um século depois com a fundação da vila de Vacaria. Este processo foi marcado por relações entre colonizadores e indígenas, geralmente conflituosas.

O objetivo deste trabalho de conclusão do curso de licenciatura em história consiste, justamente, em apontar algumas evidências dessas relações estabelecidas, buscando analisar quais seriam os significados históricos das mesmas e enfatizando as diferentes agências indígenas envolvidas nesse processo. Por significado histórico entende-se a relação entre estruturas sociais, eventos conjunturais e a perspectiva temporal, evidentemente presente nas ações indígenas, como nas de qualquer grupo social.

As informações sobre a colonização da região dos Campos da Vacaria e de Cima Serra são encontradas apenas em dados esparsos de trabalhos cujos objetos consistem em outras realidades. Ainda não houve um estudo que analisasse especificamente esse processo e o conhecimento sobre as relações estabelecidas com os grupos indígenas é ainda menor. Nesse sentido, defende-se a necessidade da realização de uma investigação sobre a colonização

⁴ Cf. HAMEISTER, Martha D. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727– c. 1763)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

daquele espaço que enfoque a agência indígena no mesmo, diante das evidências dos significativos conflitos entre colonizadores e indígenas.

Para investigar a história de grupos indígenas, bem como de outros grupos tidos como marginais no passado, a questão das fontes apresenta-se de forma peculiar. A aproximação acontece permeada pela visão de outros agentes, sendo que este desafio deve ser encarado diante da necessidade heurística que se apresenta a qualquer trabalho historiográfico. A metodologia utilizada neste trabalho consistiu na análise e cruzamento de fontes administrativas com informações apontadas por pesquisadores da história do município de Vacaria, bem como com os *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*⁵, uma compilação das observações do engenheiro Alphonse Mabilde, fruto de sua experiência entre os índios coroados, entre 1836 e 1866.

No primeiro capítulo são apresentados os aportes teóricos que nortearam esta pesquisa e um breve balanço bibliográfico acerca da questão analisada. O segundo e o terceiro capítulos possuem um caráter empírico, apresentando os dados obtidos acerca das relações estabelecidas entre indígenas e colonizadores, durante o século XVIII e primeira metade do século XIX. No quarto e último capítulo consta a análise desses dados apresentados, ou seja, as considerações sobre a atuação histórica ameríndia no processo de colonização dos Campos da Vacaria e de Cima da Serra.

⁵ MABILDE, Pierre François Alphonse Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: IBRASA/INL; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1983 [1836-1866].

Capítulo 1 História indígena nos Campos da Vacaria e de Cima da Serra

1.1 A história dos índios

As investigações preliminares acerca do objeto desta pesquisa evidenciaram um processo de mais de um século marcado pelo conflito entre colonizadores e ameríndios, de diferentes grupos étnicos. Para realização desse trabalho foi necessário levar em conta as novas perspectivas apontadas nas últimas décadas, qualificadas por John Monteiro⁶ como uma nova história indígena, fruto de um trabalho interdisciplinar entre a antropologia, historiografia, lingüística e arqueologia.

Investigar a história dos grupos ameríndios significa contrapor-se a mais de um século de historiografia brasileira que, seguindo as palavras de um de seus fundadores, manteve corrente a idéia de que “de tais povos na infância não há história: há só etnografia”⁷ Por conta da delegação da ação indígena ao campo da antropologia, do fato de que “(...) a grande maioria dos historiadores considera que não possui as ferramentas analíticas para se chegar nesses povos ágrafos (...)”⁸ e da influência de Varnhagen e Von Martius, até a década de 1980 a história dos índios no Brasil resumia-se basicamente à crônica de sua extinção. Além disso, apresenta-se na historiografia

(...) um padrão bipolar que condicionou as maneiras de perceber e interpretar o passado indígena (...) Inscrito inicialmente no binômio Tapuia/Tupi, este padrão foi reciclado em várias conjunturas distintas, reaparecendo em outros pares de oposição, tais como bravo/manso, bárbaro/policiado ou selvagem/civilizado.⁹

Trabalhos como a citada tese de livre docência de John Monteiro, bem como seu livro *Negros da Terra*¹⁰ e a obra *História dos índios no Brasil*¹¹, organizada por Manuela Carneiro da Cunha, vêm alterando esse quadro ao destacar a historicidade das ações e configurações dos grupos indígenas, desde o início da colonização da América portuguesa. Suas análises

6 MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese (apresentada para o concurso de livre docência) – Departamento de Antropologia, IFCH – Unicamp, Campinas, 2001. p. 5.

⁷ VARNHAGEN [1854] *apud* MONTEIRO, op. cit., p. 2.

⁸ MONTEIRO, op. cit., p. 4.

⁹ *Ibidem*, p. 8.

¹⁰ *Idem*. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

¹¹ CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, 1992.

dialogam com os aportes teóricos oferecidos pelos estudos de etno-história e da antropologia histórica das últimas décadas.

Além disso, destacam-se os estudos de etnogênese, que buscam compreender os processos de origem das classificações e configurações étnicas pelas quais ficaram conhecidos os grupos ameríndios após o início da expansão europeia na América. A etnogênese consiste na “articulação entre processos endógenos de transformação e processos externos introduzidos pela crescente intrusão de forças ligadas aos europeus.”¹² Análises dessa natureza permitem apreender a historicidade das configurações sócio-políticas ameríndias pós-conquista, contribuindo para dismantelar uma percepção dicotômica da realidade indígena, segundo a qual haveria uma oposição entre pureza cultural *versus* contaminação pós-contato, ou até mesmo resistência *versus* aculturação.

Estes estudos permitem analisar as ações dos grupos ameríndios durante a colonização do nordeste do atual estado, pois as mesmas inseriram-se em reconfigurações sociais históricas dos grupos indígenas diante da conquista da América. Entretanto, estas reconfigurações não abandonam estruturas de organização e ação social que se evidenciam na perspectiva da longa duração. Trata-se, no caso analisado nesse trabalho, da ação dos guarani-missionários como súditos espanhóis em relação com os portugueses, bem como dos índios chamados Coroados que passam por um processo de reconfiguração territorial, marcado tanto pela história das missões Guarani, como pela colonização luso-brasileira.¹³ Nesse sentido, expressa-se a dicotomia apontada por Monteiro para a dinâmica colonial, ou seja, a relação com os índios é marcada pela divisão entre *Tupis* e *Tapuias*, aliados dos espanhóis e inimigos dos portugueses, *aculturados* (guaranis) e *selvagens* (coroados).

A classificação dos índios entre aliados ou inimigos marcou a escrita da história da ocupação ibérica do atual Rio Grande do Sul. É o caso da divisão entre guarani-missionários aliados aos espanhóis e dos minuanos aliados dos portugueses. Em *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*¹⁴, Elisa Frühauf Garcia aborda esta questão, incorporando as novas abordagens citadas anteriormente. A autora defende que as alianças estabelecidas entre os indígenas e os colonizadores atendem a necessidades próprias das sociedades indígenas e não são apenas reflexo de uma dominação por parte dos últimos. Em seu trabalho, a historiadora trata da

¹² MONTEIRO. *Tupis, Tapuias e Historiadores...*, op. cit., p. 56.

¹³ NOELLI, Francisco. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas. *Revista da USP*, 1999/2000, 44 (2): 218-269.

¹⁴ GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

incorporação das populações missioneiras ao Rio Grande de São Pedro colonial, tanto na criação do aldeamento de São Nicolau, em Rio Pardo, quanto na Aldeia dos Anjos, na região do atual município de Gravataí. Elisa aborda as maneiras pelas quais os portugueses estabeleceram alianças com os guaranis (inclusive durante a Guerra Guaranítica) e a agência indígena nesse contexto, quando as escolhas realizadas pelos últimos ocorreram de acordo com suas próprias necessidades, sua história e sua cultura. Além disso, a autora trata das relações dos portugueses com os “infieis”, ou seja, Minuanos e Charruas da campanha, onde percebemos novamente as estratégias indígenas na construção de alianças com os colonizadores. Também estes índios colocaram em pauta suas necessidades específicas e conjunturais, baseadas na experiência adquirida na realidade colonial.

O ponto de destaque na tese de Elisa Garcia consiste na consideração das lógicas internas das sociedades indígenas, quando de sua relação com os grupos colônias. A autora demonstra, através de um diálogo com teorias antropológicas, as estratégias de mobilidade e reciprocidade presentes na história indígenas durante o século XVIII. Estas são lógicas estruturais e possuem uma história de longa duração nesses grupos e permitem, juntamente com outras considerações da autora, um olhar diferenciado para as relações estabelecidas nos Campos da Vacaria e de Cima da Serra. Nesse sentido, percebe-se que as escolhas indígenas pelo confronto com os colonizadores estão ligadas também a lógicas e escolhas próprias, além de estarem sujeitas a processos históricos específicos ou conjunturais, conforme verificado pela historiadora em outros contextos. Diante desse quadro, propõe-se que entre *As diversas formas de ser índio*, incluem-se as escolhas e ações realizadas tanto por guarani-missioneiros, como por coroados, nos Campos da Vacaria e de Cima da Serra.

Cabe destacar ainda, que sobre a historiografia da colonização ibérica do Continente do Rio Grande de São Pedro, que significou o avanço português sobre um território “castelhano”, desde Tordesilhas, Eduardo Neumann percebe o seguinte:

Mesmo diante do reconhecimento desta ação expansionista, ainda permanecia a questão de uma disputa bipartida, expressa na polarização de interesses entre Espanha e Portugal, situação esta que condicionava todo o debate intelectual que se apresentava previamente determinado por conta desta bipolarização entre as metrópoles ibéricas. Entretanto, ocorre que esta interpretação, mesmo avançando em relação aos demais esquemas explicativos, **desconsidera a existência de uma outra fronteira, no caso a indígena.**¹⁵ [grifo meu]

¹⁵ NEUMANN, Eduardo S. A fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 26.

Neumann demonstra a existência de uma fronteira tripartida, referindo-se a reação Guarani Missioneira à demarcação do tratado de Madri, através de uma vasta comunicação escrita entre ameríndios e autoridades do Império Espanhol e, posteriormente, do conflito conhecido como Guerra Guaranítica. Suas considerações permitem estender este conceito a todo o espaço do Rio Grande de São Pedro, capitania ou província, pois de diferentes maneiras podemos pensar em fronteiras entre ameríndios, portugueses e espanhóis durante os séculos XVIII e XIX. Nesse sentido, torna-se exemplar o caso da região do planalto, cujo processo de ocupação colonial é marcado pelos interesses dos guaranis como súditos espanhóis, dos colonizadores portugueses, mas também dos grupos pertencentes ao tronco lingüístico Jê, coroados e botocudos, antepassados dos Kaingang e Xokleng. Para tanto é preciso problematizar a idéia de fronteira, de acordo com os estudos mais recentes, pois

Pretendiendo escapar al etnocentrismo que caracterizaba la historiografía tradicional, [os historiadores] volvieron a leer la historia de los contactos entre invasores y nativos a partir de las estrategias desarrolladas por los propios indígenas y en función de una reconceptualización de la noción de frontera, esta última ya no concebida como un espacio marcando un limite real entre ‘civilización’ y ‘barbarie’, sino como un territorio imaginado, inestable y permeable de circulación, compromiso y lucha de distintas índoles entre individuos y grupos de distintos orígenes.¹⁶

Esta é uma realidade latente na região que se pretende analisar, fronteira onde historicamente estabeleceram-se diferentes relações entre grupos de origens distintas.

A partir desses referenciais, pretende-se analisar a ação dos grupos ameríndios durante a colonização dos Campos da Vacaria e de Cima da Serra, buscando investigar as diversas maneiras como esses grupos se relacionaram com a sociedade envolvente. Para Guillermo Wilde, “*Hablar de acción (...) implica necesariamente referir a los valores que mobilizan esos actores, a sus teorías sobre el mundo [grifo do autor]*”¹⁷. Segundo este autor, trata-se de perceber a rede de tradições e expectativas que são postos em jogo em contextos concretos, pois como afirma Marshal Sahlins¹⁸, as tradições (ou estruturas, se preferirmos) se atualizam ou se reformulam em situações específicas de interação sociocultural e política, em que os significados são postos em jogo. Portanto, tratar da agência indígena no processo que se pretende analisar significa perceber, nos eventos, as categorias e as expectativas próprias

¹⁶ BOCCARA, Guillaume. Fronteras, mestizaje y etnogénesis em las Américas. In: MANDRINI, Raul; PAZ, Carlos (comp.). *Las fronteras hispanocriolas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII-XIX: Un estudio comparativo*. Tandil: IEHS. 2003. p. 64.

¹⁷ WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones guaraníes*. Buenos Aires: Ed. SB, 2009. p. 24.

¹⁸ SAHLINS, Marchal. *Metáforas históricas e realidades míticas*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 2008 [1981].

desses grupos quando em ralação com os colonizadores e não apenas como uma simples “reação” aos interesses das forças exógenas.

1.2 Nos Campos da Vacaria e de Cima da Serra

A necessidade de um estudo que considere a agência indígena surge principalmente diante daquilo que foi escrito pelos pesquisadores locais que se dedicaram a escrever a história do município de Vacaria. Trata-se dos trabalhos de José Fernandes de Oliveira de 1959 e de Fidélis Dalcin Barbosa, de 1978¹⁹. Estes escritores partiram das concepções etnocêntricas que marcaram a relação com os índios no século XX e a escrita da história de estados e municípios, tratando da ação indígena como obstáculos ao projeto civilizador empreendido pelos lusitanos. Após serem vencidos, os índios desapareceram da história municipal. Suas concepções apresentam-se na utilização do típico conceito de selvageria, ou em exageros como “índio sanguinário” ou “horda maléfica”.

Para além destes pesquisadores locais, apresentam-se algumas informações sobre a colonização dos Campos da Vacaria e de Cima da Serra na historiografia regional do Rio Grande do Sul. Em *História das Missões Orientais do Uruguai*²⁰, Aurélio Porto trata rapidamente da formação da Vacaria dos Pinhais pelos Guarani Missioneiros, entre o fim do século XVII e início do XVIII, além de apresentar alguns dados sobre os grupos indígenas presentes naquele espaço, extraídas da documentação jesuítica. Em *Rio Grande de São Pedro: povoamento e conquista*²¹, João Borges Fortes narra movimentos dos guarani-missioneiros na região, em 1735, na conjuntura das disputas ibéricas pela sul da América. Além disso, apresenta informações acerca das primeiras sesmarias que foram concedidas na região, na década de 1750.

Nos trabalhos recentes da historiografia, a dissertação de mestrado de Mariluce Ferreira²² trata das disputas políticas entre habitantes de Vacaria e Lagoa Vermelha, sendo que no primeiro capítulo deste trabalho, a autora traça um panorama da ocupação da região. Neste capítulo sucinto (pois seu objeto de análise concentra-se na segunda metade do século

¹⁹ BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Vacaria dos Pinhais*. Porto Alegre: EST, 1978.; OLIVEIRA, José Fernandes de. *Rainha do Planalto*. Caxias do Sul: Ed. São Miguel, 1959.

²⁰ PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Liv. Selbach, 1954 [1943]. 2 v.

²¹ FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro: povoamento e conquista*. Rio de Janeiro: Bloch, 1941

²² FERREIRA, Mariluce Melo. *Tramas de poder : disputas políticas nos campos de cima da serra-RS (1850-1880)*. 2002. Dissertação (mestrado em História Regional) - Programa de Pós Graduação em História da UPF. Passo Fundo, 2002.

XIX) a autora reproduz apenas as informações obtidas em Oliveira e Barbosa, citados anteriormente.

Já na área da arqueologia, que apresenta uma considerável quantidade de estudos sobre a ocupação pré-colonial da região, o trabalho de Adriana Fraga da Silva²³, que analisou a atividade dos tropeiros e seus marcadores materiais, defende que a colonização daquele espaço significou uma sobreposição de espacialidades: a colonial e a ameríndia. Essa sobreposição gera uma tensão entre colonizadores e ameríndios, justamente o objeto que do presente trabalho. Esta questão foi retomada pela autora juntamente com Artur Barcelos em um capítulo do quinto volume da obra História Geral do Rio Grande do Sul, que aborda os povos indígenas²⁴. Neste texto, os autores problematizam a concepção de “terra de ninguém”, atribuída ao território do atual Rio Grande do Sul durante a colonização a partir da idéia de ausência de estruturas político-administrativas ou ocupação humana nesse território. Para a região dos Campos de Cima da Serra, os autores demonstram que além da utilização desta construção discursiva houve a contraposição da ação dos guarani-missionários com a ameaça dos bugres ou gentios, ou seja, uma contraposição entre índios cristãos civilizados e índios selvagens. Essa idéia origina-se nos textos dos padres jesuítas, que desqualificam o “gentio” por não aceitar a evangelização e perpetua-se na historiografia, sob a concepção de que, ao não aceitá-la, contrapõem-se ao projeto civilizatório.

Sob outra perspectiva analítica, o Projeto Vacaria²⁵ do Instituto Anchieta de Pesquisas documentou a ocupação da região por grupos indígenas Jê, com evidências materiais que se estendem do início da era cristã até os séculos XVIII e XIX.

Partindo dos dados arqueológicos e etno-históricos para a região do planalto Francisco Noelli²⁶ sugere que o impacto da presença européia no século XVII foi responsável por mudanças na configuração demográfica e no tamanho dos territórios indígenas. A devastação dos guaranis (causada por epidemias, guerras, escravidão e fugas para outras áreas) deixou espaços praticamente desabitados, facilitando uma redistribuição dos Jê do Sul que se expandiram e passaram a dominar o noroeste do Rio Grande do Sul. A partir do final do

²³ SILVA, Adriana Fraga da. *Estratégias materiais e espacialidade: uma Arqueologia da Paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS*. 2006. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) - Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS. Porto Alegre, 2006.

²⁴ SILVA, Adriana Fraga da; BARCELOS, Artur Henrique Franco. A “terra de ninguém” índios e bugres nos Campos de Cima da Serra. In: BOEIRA, Nelson & GOLIN, Tau. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, Ed. Méritos, 2009. v. 5. pp. 63-80.

²⁵ SCHMITZ, Pedro Ignácio et al. O projeto Vacaria: casas subterrâneas no planalto rio-grandense. *Pesquisas: Antropologia*, São Leopoldo, n.58, p. 7-105.

²⁶ NOELLI, Francisco. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas. *Revista da USP*, 1999/2000, 44 (2): 218-269.

século XVII, os Kaingang reocuparam este espaço até a expulsão dos jesuítas e declínio das reduções, na segunda metade do setecentos. Segundo o autor, depois desse período, o avanço da colonização portuguesa entrou em choque com outros indígenas, destacando-se a atuação dos grupos de extermínio do século XIX e início do XX.

Partindo das considerações apontadas por essa bibliografia, bem como dos aportes teóricos apresentados, foi investigado o processo de colonização dos Campos da Vacaria e de Cima da Serra, nos séculos XVIII e primeira metade do século XIX. Nos próximos dois capítulos serão apresentados os dados obtidos nessa investigação, referentes às relações estabelecidas entre colonizadores e indígenas.

Capítulo 2 A fronteira tripartida

(...) achei uma cruz feita de pinho e este letreiro nela ‘Maries 16 de Dezembro de 1727 pipe Capitolo Marcos Omopo’. Descida a Cruz e adorada com toda a veneração, lhe mandei tirar o título, e lhe pus este outro – Viva El-Rei de Portugal D. João o 5, ano de 1729²⁷

Naquele ano de 1727, em que a primeira cruz da citação era erguida, partia da Vila de Santos a expedição comandada por Francisco de Souza e Faria, cujo objetivo era abrir um caminho que ligasse as Campanhas do Rio Grande e Nova Colônia do Sacramento à Vila de Curitiba, através do planalto, sendo que o trânsito de homens e animais era até então realizado pelo litoral. Ao substituir aquele símbolo, Francisco de Souza e Faria materializou a ação colonizadora portuguesa no sul da América, declarando a soberania do rei de Portugal sobre aquele espaço, que pelo Tratado de Tordesilhas seria espanhol.

A história da ocupação ibérica do território do atual estado do Rio Grande do Sul tem sido descrita como o avanço português sobre um território pertencente à coroa de Espanha. Segundo Eduardo Neumann “[...] ocorre que esta interpretação, mesmo avançando em relação aos demais esquemas explicativos, desconsidera a existência de uma outra fronteira, no caso a indígena.”²⁸

Segundo este historiador, houve uma **fronteira tripartida**, onde ameríndios, portugueses e espanhóis interagiram durante o século XVIII, na configuração do que viria a ser o Continente do Rio Grande de São Pedro. O autor trata da reação Guarani às disposições do tratado de Madri, que implicava em os ameríndios deixarem as reduções jesuíticas da banda oriental do rio Uruguai, migrando para o lado ocidental do referido rio. O espaço dessas reduções seria ocupado pelos portugueses que definitivamente entregariam a Colônia do Sacramento aos espanhóis. Os indígenas não aceitaram estas disposições, afirmando sua posição através de uma série de documentos em que comunicavam a mesma às autoridades coloniais e metropolitanas. Além dessa reação escrita, os guarani-missionários entraram em combate com as comissões demarcadoras do referido tratado, nos episódios conhecidos como Guerra Guaranítica. Para Eduardo Neumann, estas ações dos guaranis demonstraram a

²⁷ FARIA, Francisco de S. Do novo caminho que se descobriu das campanhas do Rio Grande, e a Nova Colônia do Sacramento para a Vila de Curitiba no Ano de 1727 por ordem do Governador e General de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel. 1ª Prática- Dada ao R. P. M. Diogo Soares, pelo Sargento-Mor da Cavalaria Francisco de Souza e Faria, primeiro abridor do dito caminho. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXIX, 1909, p. 239.

²⁸ NEUMANN, Eduardo S. A fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 26.

existência da fronteira tripartida, evidenciando a condição ativa que este grupo ameríndio ocupa na história da formação do Continente do Rio Grande de São Pedro.

Neste trabalho de conclusão de curso, defende-se que o conceito de fronteira tripartida, desenvolvido pelo historiador para tratar da história dos guarani-missioneiros no século XVIII, pode ser utilizado também na análise de outros processos em que atuaram portugueses, espanhóis e ameríndios.

A cruz cujo letreiro Francisco de Souza e Faria substituiu estava localizada na região do extremo sul do planalto brasileiro onde, desde o fim do século XVII, os jesuítas e guarani-missioneiros formaram a Vacaria dos Pinhais, uma reserva de gado. A partir da abertura do caminho de Souza e Faria nessa região, iniciar-se-ia uma série de conflitos entre portugueses, espanhóis e ameríndios naquele espaço.

A expedição de Sousa e Faria não constitui um evento isolado, pois desde o século XVI, os portugueses estiveram presentes no sul da América. Durante o período da União Ibérica, estabeleceram-se como comerciantes na praça de Buenos Aires, permanecendo naquela cidade mesmo na conjuntura da Restauração portuguesa, entre 1640 e 1668.²⁹ Na nova conjuntura, fundaram a Colônia do Sacramento em 1680, dando início a um processo de efetivação da presença portuguesa na banda oriental do rio Uruguai.

Desde a primeira fase de ocupação da Colônia de Sacramento, os portugueses tiveram acesso aos rebanhos de gado selvagem das planícies dos atuais Uruguai e Rio Grande do Sul.³⁰ Sobre a origem desse gado houve um amplo debate que discute a introdução desses animais na região: por iniciativa do governador de Buenos Aires, Hernando Arias de Saavedra; dos missionários jesuítas que fundaram reduções na região do Tape (atual centro do Rio Grande do Sul); e até mesmo o gado da capitania de São Vicente, introduzido no século XVI, é apontado como formador desse rebanho selvagem.³¹

Com a intensa exploração desses rebanhos, não apenas pelos portugueses mas também pelos espanhóis da região platina, houve a formação de uma nova reserva de gado para as missões jesuíticas na região do planalto. Trata-se da Vacaria dos Pinhais. Segundo Aurélio Porto, essa nova reserva de gados foi formada no início do século XVIII, sendo que “A

²⁹ KÜHN, Fábio. Uma fronteira do império: o sul da América portuguesa na primeira metade do século XVIII in: *Anais de história de além-mar*, vol. VIII, 2007, pp. 103-121.

³⁰ ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na época da sucessão de Espanha*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1973.

³¹ PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954. 2V.

vacaria dos Pinhais foi primitivamente uma estância de S. Luís. Já contava regular número de cabeças de gado em 1706 (...)”³².

Quando da abertura do novo caminho pelos portugueses, afirma Sousa e Faria que “Subida a Serra dei logo em campos e pastos admiráveis e nelles immensidade de gado, tirado das campanhas da nova Colônia, e lançado naquelle sitio pelos Tapes das aldeias dos P. P. Jezuitas no ano de 1712.”³³

Antes mesmo da abertura do caminho os portugueses já estariam retirando gado desta Vacaria dos Pinhais, por conta da demanda de gados na economia colonial e do esgotamento desses recursos na campanha, conhecida como Vacaria do Mar. À apreensão de gados, seguem ações de ocupação efetiva, materializadas na abertura de caminhos.

2.1 O caminho das tropas e a colonização portuguesa dos Campos da Vacaria

Em 1727, por ordem do capitão general de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, Francisco de Souza e Faria partiu da vila de Santos em direção a Laguna, para realização dos trabalhos de abertura do caminho entre o Rio Grande e São Paulo. Partiu “(...) com 35 pessoas, entre índios e brancos (...)”³⁴

Passando por Paranaguá, São Francisco e Laguna, vilas do litoral da América portuguesa, reuniu pessoas e mantimentos à tropa, conforme as ordens do capitão Caldeira Pimentel. Demorando-se algum tempo nestas vilas, já em fevereiro de 1728 chegou ao Morro dos Conventos (atual litoral de Santa Catarina), de onde subiu a serra para abrir o caminho para Curitiba, chegando nesta vila apenas em setembro de 1730. Neste período de mais de dois anos, a tropa percorreu o planalto sul-brasileiro, buscando a melhor forma de estabelecer a estrada.

Francisco de Sousa e Faria não enfrentou apenas as adversidades naturais na realização de sua tarefa. De seu relato depreende-se que além de fome e outras restrições materiais, bem como deserções na tropa, o maior problema consistiu na resistência à abertura da nova estrada pelos moradores de Laguna, São Francisco, Paranaguá e até mesmo Curitiba, pois a condução de tropas por esta nova via prejudicaria o comércio dessas povoações.

Ciente dos conflitos enfrentados por Faria, que se tornaram sérios com o capitão-mor da vila de Laguna, o tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu partiu da Colônia do Sacramento

³² Ibidem, p. 315, nota 164.

³³ FARIA, Francisco de S. Do novo caminho que se descobriu ... In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXIX, 1909, p. 238.

³⁴ Ibidem, p. 237.

para esta vila a fim de auxiliá-lo no empreendimento³⁵. Celebrando a paz entre os dois, retornou a Colônia para buscar mais uma de suas tropas que levaria à Curitiba pelo novo caminho. Regressou ao território do Rio Grande e encontrou novos entraves para a viagem pelo planalto, sendo alertado

[...] por umas vozes vagas que corriam de haver gentios dos P. P. em cima da Serra, o que me resolvi a ir em pessoa examinar levando comigo só três pessoas, confiado em trazer cartas do Provincial das Missões para o General de S. Paulo, e para quem comandasse o dito gentio, e chegando acima da Serra me demorei dois dias, sem ver mais que campos e gados.³⁶

O “perigo” de uma ação ameríndia não parece mobilizar Cristóvão Pereira de Abreu, mesmo tendo se tornando maior, em 1735, quando em uma articulada estratégia os guarani-missionários participaram do cerco à Colônia do Sacramento e também impediram a passagem das tropas pelo novo caminho. Após consulta a documento do Arquivo Público de São Paulo, João Borges Fortes afirma que na década de 1730, houve um momento em que 64 pessoas estariam no Rio Grande, a fim de conduzir tropas de gado, “sendo o dito caminho desimpedido dos Tapes”.³⁷ A seguir, o autor explora a questão com outros dados, ressaltando a falta de investigação sobre esse episódio:

Outros documentos informam que a obstrução do caminho pela presença de índios Tapes foi no ano de 1735, prendendo-se esta operação aos movimentos preparatórios do ataque à Colônia do Sacramento, realizado neste mesmo ano. Esse episódio da ocupação do caminho de Curitiba e um outro (...) merecem a investigação dos estúdios [sic] da história, não tendo até agora sido convenientemente elucidados.

A elucidação solicitada por Borges Fortes pode partir do confronto de suas informações com o relato de Cristóvão Pereira de Abreu, escrito no presídio de Rio Grande, em 1738. Nesse momento, após as ações dos guaranis na obstrução do caminho, haveria o medo de uma invasão da insipiente ocupação portuguesa do continente, a qual Cristóvão não parece dar crédito:

Porque o afetado temor, que nos querem introduzir os apaixonados de sermos invadidos pelos Tapes, se não pode reccer em nenhum tempo, assim pela estreita

³⁵ ABREU, Cristóvão P. Do novo caminho que se descobriu das campanhas do Rio Grande, e Nova Colônia do Sacramento para a Vila de Curitiba no ano de 1727 por ordem do Governador e General de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel. 3ª Prática- Dada pelo Coronel Cristóvão Pereira de Abreu sobre o mesmo caminho ao R.P.M. Diogo Soares. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXIX, 1909. pp. 253-259.

³⁶ *Ibidem*, p. 257.

³⁷ FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro: povoamento e conquista*. Rio de Janeiro: Bloch, 1941. p. 29.

garganta por onde sabemos entrarão naquelas terras, com 50 armas se lhe pode cortar o passo: como por ser aquela nação tão traidora, como cobarde, incapaz de por si só combaterem com outra alguma, como há poucos anos se viu nas diferenças que tiveram com os Paraguaes que bastaram só 500 destes para passar à espada 4000 para mais Tapes.

Menos nos devemos persuadir que peção socorro aos Hespanhoes, pelo grande ciúme que os P. P. tem de que estes lhe entrem nas Aldeias, temendo perde-las; finalmente parece indigno de vir à imaginação, que por temor de semelhante gente haja Sua Majestade se deixar usurpar os seus domínios, e perder as grandes conveniências, que pelo dito caminho podem resultar à Sua Real Fazenda e vassallos.³⁸

Como em 1732 já se ocupavam os campos de Viamão, Cristóvão Pereira de Abreu subiu a serra partindo desse espaço, evitando a ida pelo litoral até o rio Aranguá, ponto inicial de subida da serra pelo caminho de Sousa e Faria. Este novo traçado pela serra, partindo de Viamão, tornou-se o caminho adotado desde então e ficou conhecido como caminho das tropas ou caminho de Cristóvão Pereira, onde aconteceu a ação guarani em 1735. Nas fontes primárias e bibliográficas analisadas até o presente momento não foram encontradas evidências diretas de outros conflitos antes do ano de 1779, mas presume-se que a tensão permaneceu. Duas décadas após a abertura da estrada houve a concessão das primeiras sesmarias na região do planalto, sendo que Cristóvão Pereira de Abreu e Francisco de Souza e Faria, os “desbravadores”, seriam dois dos primeiros agraciados.

Segundo Fábio Kuhn, de acordo com um censo realizado em 1751 “*Em Cima da Serra*, existiam 21 fazendas, algumas poucas habitadas por famílias e a maioria gerenciada somente por capatazes e alguns escravos.” [grifo do autor].³⁹

Já na “Relação dos moradores que têm campos e animais no Distrito da Freguesia de N. Sr.^a Da Oliveira da Vacaria e Cima da Serra”⁴⁰, elaborada em 1785, constam 57 propriedades, demonstrando a efetivação da presença portuguesa naquele espaço. Esta ocupação foi marcada pela ação dos grupos ameríndios, pois na mesma “Relação” consta que

Os campos que se dão por devolutos e despovoados na Vacaria já houveram neles fazendas estabelecidas, cujos Senhorios as desampararam, umas por não criarem animais, por serem os campos agrestes, e outras por serem sujeitas às continuadas irrupções que por aquela parte fazem os índios bugres de Missões; por cujo motivo já não há quem queira habitar neles, nem conservar estabelecimento algum.⁴¹

³⁸ ABREU, op. cit., p. 257.

³⁹ KUHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004. p. 50.

⁴⁰ *Relação dos moradores que têm campos e animais no Distrito da Freguesia de N. Sr.^a Da Oliveira da Vacaria e Cima da Serra...* Porto Alegre, 4.8.1785. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro, cód. 104, v. 7, fl.240. Estes dados constam no banco de dados elaborado pela prof.^a Dra. Helen Osório, cedido ao autor que a agradece pela gentileza.

⁴¹ Citado em OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 129.

O “desamparo” ou abandono da região por parte dos povoadores, devido às ações dos grupos ameríndios, demonstra a condição ativa que estes ocupam no processo de inserção dos Campos da Vacaria e de Cima da Serra no mundo colonial ibérico. Destacam-se nessas ações os episódios de conflito direto, como os que se apresentam a seguir.

2.2 O “ano nefasto para os anais da Vacaria”

Segundo José Fernandes de Oliveira, pesquisador local da história do município de Vacaria, os primeiros portugueses estabelecidos no planalto rio-grandense, enfrentaram constantemente as hostilidades dos indígenas, sendo que “Após pequenas tréguas motivadas pelo afastamento dos Guananás, raiou o ano de 1779, ano nefasto para os anais de Vacaria.”⁴²

A narrativa dos seguintes acontecimentos foi obtida através do cruzamento de dois depoimentos anexos ao ofício enviado pelo governador da capitania do Rio Grande de São Pedro, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, ao vice-rei do Brasil. Tratam-se dos testemunhos de Luís Antônio da Rocha e do alferes Manuel da Fonseca Paes.⁴³

Em 02 de dezembro de 1779, quatro indivíduos estavam à procura de quatro escravos fugidos de diferentes moradores do planalto. As fontes não indicam o local exato, mas durante esta procura foram surpreendidos por um grupo de índios que os atacou. Imediatamente fugiram os que procuravam pelos escravos, não escapando um deles, chamado Antônio Martins, de ser flechado.

Em 04 de dezembro daquele ano, indígenas atacaram a estância de José Alves, matando três escravos, cavalos, algumas vacas, ovelhas “... e tudo o mais que era vivente, roubando todos os móveis que acharam na casa.” Alguns dias depois atacaram a fazenda do Tenente Apolinário, de onde os habitantes já tinham fugido.

Passado algum tempo houve um novo ataque dos ameríndios. Desta vez à Estância Santa Rita, de propriedade de Cipriano da Costa, ocasionando a fuga de dez homens que lá estavam por “suporem número muito grande dos mesmos gentios”. Ali também os índios “roubaram e mataram tudo o que encontraram.” Após estes acontecimentos o alferes Manuel da Fonseca Paes ordenou a revista da região, quando os indígenas foram encontrados nas fazendas do Tenente Apolinário e de Cipriano Costa, sendo dois deles mortos pelos brancos, após oferecer resistência no confronto. Dias depois, o próprio alferes Manuel da Fonseca Paes

⁴² OLIVEIRA, José Fernandes de. *Rainha do Planalto*. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 1959. p. 18.

⁴³ Depoimentos de Luís Antônio da Rocha e Manuel da Fonseca Paes. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ) – Divisão de Manuscritos, Códices 9, 4, 9; n.º 126, fl. 10-12, 23.03.1791.

teve sua residência atacada pelos índios que, após a fuga do alferes e dos homens que o acompanhavam, saquearam a casa e mataram animais.

Da casa de Manuel da Fonseca Paes, os índios retornaram para a fazenda de Cipriano da Costa, onde encontraram sessenta pessoas reunidas pelo alferes e pelo Capitão Joaquim José Pereira. Houve combate e a morte de sessenta indígenas, segundo os depoimentos, escapando ainda alguns para as matas.

De acordo com os mesmos depoimentos, desde então não houvera mais ataques às fazendas até o momento de suas declarações em março de 1781. Afirmaram, entretanto, ter avistado o sinal da presença dos ameríndios nas matas através de seus fogos. O grupo que entrou em combate com os ameríndios na fazenda de Cipriano Costa compunha a companhia da cavalaria auxiliar do distrito de Vacaria, que fora organizada na região há mais de um ano, pelo capitão Joaquim José Pereira⁴⁴.

De alguma maneira que ainda deve ser investigada, o vice-rei do Rio da Prata foi informado que os ameríndios reprimidos por esta cavalaria auxiliar seriam súditos de Sua Majestade Católica, o rei de Espanha, e reclamou ao vice-rei do Estado do Brasil, Luiz Vasconcelos e Souza, sobre o ataque aos ditos súditos. Este último solicitou esclarecimentos ao governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro, que passou a tomar as providências para investigar os acontecimentos.

O governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara interou-se dos acontecimentos, inclusive da intenção de alguns moradores em abandonar o distrito:

[...] mas não podendo com tudo isso tranquilizarse o animo daquelles assustados moradores, observando q. a irrução principiada tomava cada dia mayor corpo, inquietando-o com novas tentativas, assentarão, e terião conseguido evacuar os districtos de Vacaria e de Sima da Serra, se eu expressamente os não prohibice, prometendolhe ossocorros de que necessitacem, sem embargo do que, he preciso confeçar agrande diminuição a que se achão reduzidos os habitantes de semelhantes terrenos [...]⁴⁵

Segundo informações dos moradores da região, os ameríndios reprimidos não seriam súditos espanhóis, ou seja, guarani-missionários, mas sim “gentios”. Cabral da Câmara transmite esta informação a Luiz de Vasconcelos, vice-rei do Brasil:

Mais dificultosa ainda de combinar julgo eu adenominação que o Sr. Vice Rey do Rio da Prata lhes dá de vassalos de S.M.C., o que não carece produzir prova em contrario, depois de convir em que são Gentios habitantes em dezertos/ eos primeiros habitantes/ adonde ainda não entrou o conhecimento da religião, Ley, ou

⁴⁴ DUARTE, Manuel. Velhos documentos riograndenses; a defesa do distrito dos pinhais. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. 1944. I Trimestre. n. 93. pp. 194-204.

⁴⁵ Transcrito por DUARTE, Manoel. Velhos documentos Riograndenses: a irrupção dos índios no Distrito de Baqueria, em 1779. In: *RIHGRGS*. 1945. Ano XXV. I Trimestre. N.97. p. 34.

poder iluminado, cuja evidencia asaz manifesta o seo modo deviver satisfeitos alem dos fructos silvestres que lhes oferece o campo pela única industria do Arco e da Flexa em que consistem todas as suas possessoens, porque em matéria de vestidos e de Caza, não tem por ora descoberto o meyo de exceder a natureza, alem de que cazo negado lhes conviece a qualidade de vassalos de El Rey de Espanha, parece não convinha por isso mesmo asua proteção ao Snr. Vice Rey do Rio da Prata, antes muito ao contrario o seu inteiro abatimento por seterem irigido do Gênero Humano, e emparticular de hua Nação q. cultiva com a sua mais estreita amizade.⁴⁶

Para o governador, mesmo que estes indígenas fossem súditos espanhóis, não seria correta a defesa dos mesmos por parte do Vice-Rei do Rio da Prata, visto que atacaram uma nação amiga, os portugueses. Possivelmente, esta posição de Cabral da Câmara esteja consoante com a conjuntura da demarcação dos limites estabelecidos pelo Tratado de Santo Ildefonso, três anos antes, onde se pretendeu uma relativa paz entre as coroas ibéricas.

Em sua correspondência ao Vice-Rei do Brasil, Cabral da Câmara declarou que pessoalmente verificaria a situação nos Campos de Cima da Serra, efetivando suas intenções nos meses seguintes. Em sua diligência inquiriu testemunhas dos acontecimentos e concluiu que, conforme informações prévias, os habitantes dos distritos de Vacaria e de Cima da Serra tinham entrado em combate com índios gentios e não com os súditos da coroa espanhola: “Declaramos os abaixo assinados, que o mês de dezembro em que o gentio coroado saiu a hostilizar este distrito é o ano de 1779 e não o de 1780, como se entende de nossos depoimentos...”⁴⁷

Cabral da Câmara retornou a Porto Alegre e reportou-se novamente ao Vice-Rei, ressaltando a importância da questão dos embates entre os colonizadores e os ameríndios:

A notícia mais exata que pude alcançar do acontecimento originado pela irupção dos Gentios será constante a V. Exca à vista dos documentos juntos [depoimentos das testemunhas], que me parece em nada alteram os antecedentes que havia tido a honra de por presença de V. EXa. Sobre a mesma matéria; e as outras relações que acompanham esta carta, persuado-me a constituírem a prova mais decisiva da desordem acima expressada, a qual envolve nada menos que o risco imediato de perder uma das importantes fronteiras deste continente.⁴⁸

O risco de perder “uma das importantes fronteiras deste continente” deve-se a intenção dos moradores em abandonar a região, devido aos conflitos com os ameríndios. Além disso, no mesmo ofício Cabral da Câmara reforça as posições contrárias às reclamações do Vice-Rei do Rio da Prata:

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Depoimentos de Luís Antônio da Rocha e Manuel da Fonseca Paes. Op. cit.

⁴⁸ Ofício do governador da capitania do Rio Grande de São Pedro, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, ao vice-rei. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Divisão de Manuscritos, Códices 9, 4, 10. Este ofício, bem como os depoimentos anexos, foram transcritos e gentilmente cedidos pelo prof. Dr. Fábio Kuhn, a quem agradeço amplamente.

Se for justo adotar o espírito de reconvenção, nada me seria mais fácil que manifestar a injustiça com que o Sr. Vice-Rei do Rio da Prata se queixa moradores da Vacaria, os quais tanto não cometeram as hostilidades que se lhes pretendia acumular contra vassallos de Espanha, que antes eles as recebem dos mesmos freqüentes vezes, tendo hoje em dia, muito mais receio dos índios domésticos de missões, com quem confinam, que dos próprios gentios, de que tem sido ameaçados.

Este trecho revela outra importante questão: além de a repressão não ter sido executada contra súditos espanhóis e sim contra índios gentios, os colonizadores luso-brasileiros teriam sofrido hostilidade por parte desses súditos “freqüentes vezes”. Estas hostilidades fizeram com que os lusos temessem muito mais “os índios domésticos de missões” que os “gentios de quem tem sido ameaçados” e possivelmente atacados em 1779. Apreende-se dessas considerações que haveria sim conflitos entre os moradores dos Campos da Vacaria e de Cima da Serra e os guarani-missioneiros, “com quem confinam”, o que poderia ter levado o Vice-Rei do Rio da Prata a afirmar que, nos conflitos de 1779, os ameríndios reprimidos seriam súditos espanhóis. Entretanto, a argumentação das testemunhas e do governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara levantam a hipótese de que em 1779 os indígenas reprimidos seriam coroados, denominação da época para um grupo do tronco lingüístico e cultural Jê⁴⁹.

Não se conhece, no momento, a atitude do vice-rei, Luiz de Vasconcelos e Souza, após os esclarecimentos do governador Cabral da Câmara, tampouco sua interlocução posterior com o vice-rei do Rio da Prata. Torna-se necessário investigar os acontecimentos posteriores a esse conflito, a fim de qualificar a análise da agência indígena nesse contexto, seja ela coroados ou guarani. Nesse momento, o que se ressalta é que a ação indígena foi determinante no processo de ocupação daquela região no século XVIII, haja vista a intenção dos moradores em abandonar suas posses e a mobilização gerada nas autoridades coloniais.

⁴⁹ BECKER, Ítala Irene Basile. *O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1995. p. 13.

Capítulo 3 “Indignos bugres selvagens que infestam as matas deste município”: a recém criada vila de Vacaria e a relação com os indígenas no século XIX

Depois dos conflitos apresentados no final do capítulo anterior, há notícia de ataques a fazendas em 1798 e 1803⁵⁰. Segundo Ítala Basile Becker, pesquisadora que realizou um volumoso trabalho de consulta a fontes documentais primárias e secundárias, nota-se entre o fim do século XVIII e meados do século XIX “(...) um hiato nas informações, pois o primeiro assalto sobre o qual temos referência data de 1829.”⁵¹ A autora refere-se ao início dos conflitos entre indígenas e colonos alemães, na região dos vales dos rios Caí e dos Sinos, a partir da segunda década do oitocentos. Ainda sobre este período, o francês Nicolau Dreys, autor da *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande do Sul* (onde apresenta informações sobre suas impressões nesta região, entre 1817 e 1827) afirma que

Os guaianás que freqüentavam os campos de Vacaria, acima da serra, ainda existem nas mesmas paragens, escondidos nos extensos matos da vizinhança, onde saem inopinadamente para hostilizar os brancos, como já o fizemos ver no decurso de nossas descrições.⁵²

Para o século XIX, a documentação oficial analisada até o momento e os trabalhos de pesquisadores acerca da história do município de Vacaria⁵³ oferecem informações apenas sobre conflitos em 1851, apresentados a seguir.

3.1 “Nha Boreta, cos bugre não se meta”: O último assalto dos coroados

Arrombada uma janela penetram os ímpios naquele lar honrado, enquanto uma voz desconhecida saindo do meio da turba bradou: ‘Nha Boreta, cos bugres não se meta’.⁵⁴

Em 16 de setembro de 1851, apenas seis dias após a secção inaugural da Câmara de Vereadores da Vila de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria, criada pela lei provincial n. 185, de 22 de outubro de 1850, os vereadores emitem correspondência ao presidente da província, Luís Alves de Lima e Silva, relatando “(...) os sucessos que tem ocorrido desde o

⁵⁰ MABILDE, Pierre François Alphonse Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: IBRASA/INL; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1983 [1836-1866]. p. 210s.

⁵¹ BECKER, Ítala Irene Basile. *O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1995. p. 308.

⁵² DREYS apud REIS, José Alberione dos. *Arqueologia dos Buracos de Bugre: uma pré-história do Planalto Meridional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002. p. 169.

⁵³ BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Vacaria dos Pinhais*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978. OLIVEIRA, José Fernandes de. *Rainha do Planalto*. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 1959.

⁵⁴ OLIVEIRA, Op. Cit., p. 178.

dia 5 do mês próximo passado, relativamente aos indignos bugres selvagens que infestam as matas deste município.”⁵⁵

Segundo esta correspondência, em 05 de agosto daquele ano, no mato denominado Turvo, duas fazendas foram atacadas por um grupo de indígenas, do qual fazia parte um negro fugido. Na casa de Mariano Pimentel (fazendeiro e tropeiro que estava em Uruguaiana neste momento) os índios mataram um irmão do proprietário, um filho, um sobrinho e duas escravas. Levaram consigo três filhas de Pimentel, três filhos e uma escrava, depois de roubarem e quebrarem objetos da casa. Já na fazenda de Bernardo Fialho de Vargas, mataram o primo do dono da casa e, dirigindo-se a um mato próximo, mataram cinco homens que fabricavam erva-mate.

José Luis Teixeira dirigiu-se ao local dos acontecimentos acompanhado de algumas pessoas, que deveriam fazer parte da Guarda Nacional, da qual Teixeira era coronel. Uma parte do grupo ingressou na mata em direção ao Pontão, local da confluência dos rios Pelotas e Canoas, onde estava sendo construído um posto de coletoria de impostos sobre o transporte de gado. Permaneceram nessa incursão por dez dias e retornaram sem encontrar a família seqüestrada. Outro grupo seguiu para os fundos do campo de propriedade de Felipe José de Sousa, onde atacaram um grupo de indígenas “(...) que ali há muito tempo existiam alojados.”⁵⁶ Depois desse combate, o grupo retornou às fazendas para reabastecimento e partiu para nova busca pelas matas, quando conseguiram encontrar o grupo de índios que estava com os filhos de Pimentel, retornando a sua casa já em seis de setembro, um mês após o seqüestro. Segundo a carta da câmara ao presidente da província, nesses conflitos escaparam quase todos os índios adultos e morreram crianças, mulheres e apenas três homens, sendo que do lado dos brancos um guarda nacional foi levemente ferido. A correspondência apresenta ainda outra informação interessante: durante os conflitos, um menino indígena foi preso e encaminhado para a fazenda de Joaquim de Paula e Silva, não havendo mais referências sobre o tratamento dado ao mesmo.

Após o regate, as filhas de Mariano Pimentel relataram que os índios que as raptaram não se uniram a outros grupos, enquanto seguiam na direção do rio das Antas. Além disso, procede do relato destas jovens a informação da presença de um negro fugido entre os indígenas. Estes teriam afirmado que voltariam ao planalto para buscar outras famílias. Para

⁵⁵ Carta da Câmara Municipal da Vacaria para o presidente da província. AHRs, Correspondência expedida da Câmara de Vacaria, caixa 185, maço 343, (pasta 1851-1882), Vacaria, 16 de setembro de 1851.

⁵⁶ Idem.

os vereadores que se dirigiram ao governo provincial, este assalto às fazendas era resultado “(...) de serem mal batidos os bugres do Pontão (...)”, motivo pelo qual

(...) estão todos os moradores abandonando suas fazendas, ficando desta sorte despovoada uma grande parte deste município, o que bastante atrasa os interesses da Província, por serem aqueles moradores quase todos estancieiros e criadores, e pessoas que anualmente exportam tropas de gado, muitas para fora da Província.

Este conflito entre indígenas e fazendeiros é descrito pelo pesquisador Fidélis Dalcin Barbosa, autor da crônica *Vacaria dos Pinhais*⁵⁷, como “O último assalto dos coroados”, um dos capítulos da história do município que o autor narra de forma épica. José Fernandes de Oliveira, outro pesquisador da história regional, coletou outras informações sobre esses episódios, sendo que teve contato com pessoas idosas da região, provavelmente com um dos filhos de um dos meninos que fora raptado pelos índios.⁵⁸

Segundo as informações orais captadas por Oliveira, no dia do ataque, D. Bárbara Borges Vieira, esposa de Mariano Pimentel, estava ao tear, quando foi surpreendida pelo grupo de índios. Como alguém conhecia o apelido de família da mulher, “Boreta”, teriam invadido a casa gritando: “Nhá Boreta, cos bugre não se meta”. As limitações da oralidade, fonte das informações recolhidas pelo pesquisador em 1959, expressam-se na discrepância do período de cativeiro dos filhos de D. Bárbara, ou Nhá Boreta. Para Oliveira, este teria durado quatro meses, sendo que a correspondência da câmara afirma que em apenas um mês foi concretizado o resgate. Apesar dessas evidentes limitações, é possível levar em conta estas informações da tradição oral, compiladas pelo autor, a fim de ampliar as possibilidades de análise dos acontecimentos. Uma dessas possibilidades reside na informação de Oliveira de que o cacique coroadado Doble⁵⁹ comporia o grupo que ingressou nas matas para buscar as pessoas raptadas. Além disso, podemos apreender algumas prováveis intenções dos índios no ataque à fazenda:

Na alcova do casal, havia um surrão com moedas de ouro, mas os bugres, preferindo o continente ao conteúdo, lançaram fora o dinheiro, para se utilizarem do saco de couro. Destarte, despejaram colchões, travesseiros e o mais que lhes pudesse servir de recipiente para conduzirem o saque constante de comestíveis, facas, foices, machados, etc. O dinheiro de ouro ficou todo, certamente porque não reconheciam nele nenhuma utilidade, e porque o negro, conservando-se de vigia na cabeça de uma tronqueira, não penetrou no recinto violado.⁶⁰

⁵⁷ BARBOSA, Op. Cit.

⁵⁸ OLIVEIRA, Op. Cit.

⁵⁹ O cacique Doble foi uma importante liderança dos índios coroados que estava neste momento em conflito com seu antigo cacique principal, Braga, e um importante interlocutor entre coroados e colonizadores. Faleceu de varíola, em 1864.

⁶⁰ Ibidem, p. 178.

Esta busca por alimentos e metais é totalmente plausível de crença, em vista das evidências encontradas para outros episódios de ataques indígenas a núcleos coloniais, neste período. Destaca-se nesses episódios de 1851, a concepção da Câmara de Vacaria que classifica os índios como “indignos bugres selvagens que infestam as matas deste município”. Esta idéia de selvageria corrente no século XIX, apresenta-se também em outras fontes, como nos “Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul”⁶¹, analisados a seguir.

3.2 Alphonse Mabilde e a história dos coroados na primeira metade do século XIX

Pierre François Alphonse Mabilde nasceu em Bruxelas, em 1806. Formou-se em engenharia civil na Universidade de Liège, em 1833, quando recusou-se a prestar o serviço militar ao recém independente reino da Bélgica. Veio para o Brasil e empregou-se na firma Carrole & Forbes, que o enviou para a vila de Rio Grande a fim de fazer o levantamento da planta da barra e os estudos necessários para o início de obras na mesma. Após estes estudos, aguardou ordens para continuidade dos trabalhos, mas com a eclosão da guerra civil na província estes foram adiados. O engenheiro transferiu-se para Porto Alegre, onde trabalhou no comércio.

Ainda em 1834, estivera em São Luís das Missões colhendo informações sobre os indígenas da província e, no ano de 1836, dirigiu-se ao interior da mesma para buscar conhecê-los. Retornou a Porto Alegre e prosseguiu com suas atividades comerciais até 1848, quando naturalizou-se brasileiro e foi nomeado engenheiro das colônias, mudando-se definitivamente para São Leopoldo que era o núcleo da colonização alemã na província. Iniciou sua segunda fase de incursões pelo “sertão”, para demarcação de colônias e abertura de estradas sendo que estas atividades permitiram-lhe maiores contatos com os indígenas coroados.

Mabilde ocupou diversos cargos públicos como tenente coronel da guarda nacional, comandante temporário da legião da mesma guarda, subdelegado do 1º distrito de São Leopoldo e vereador deste município entre 1855 e 1859, exceto no ano de 1858. Além das atividades públicas, tentou implantar uma fábrica de porcelanas na província e explorar minas de sulfato de cobre e outros minerais, mas não teve sucesso nessas empresas. Conhecedor das

⁶¹ MABILDE, Pierre François Alphonse Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: IBRASA/INL; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1983 [1836-1866].

discussões da Europa do oitocentos acerca das origens dos homens e sua história natural, redigiu uma série de notas acerca dos índios conhecidos naquele momentos como Coroados, habitantes do norte e nordeste da província. Estes apontamentos foram publicados originalmente em duas partes no *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul*, em 1897 e 1899. Na década de 1980, as bisnetas do engenheiro publicaram sua obra, reorganizando seus apontamentos por temáticas tratadas. Desta última publicação provém as informações biográficas apresentadas anteriormente, bem como os dados a seguir, entendidos como indícios e/ou evidências acerca da história dos índios coroados nos Campos da Vacaria e de Cima da Serra.

Um dos aspectos que se ressalta na relação entre indígenas e colonizadores no século XIX consiste na utilização da categoria bugre como referência aos índios. Para Mabilde, a origem da palavra estaria no grito de alerta emitido pelos coroados e entendido pelos primeiros colonizadores portugueses como *bugre*. Segundo Mabilde, “Neste grito de alarme pronunciavam, distintamente, a palavra *pucri* cuja última sílaba prolongam até lhes faltar a respiração.”⁶²

Mabilde comparte com seus contemporâneos a crença na existência de nações indígenas, entre elas a dos coroados. Entende-se que para o autor os elementos distintivos da nação dos coroados seriam a forma como cortavam seus cabelos, ou seja, uma tonsura lembrando uma coroa, bem como a fala de um mesmo dialeto, modificado regionalmente apenas pela pronúncia. O corte do cabelo em tonsura e a mesma língua se apresentavam em grupos indígenas de diversas províncias do Império, mas havia diferenças regionais entre os coroados, reconhecidas pelo engenheiro, mesmo diante da idéia de nação. Quando questionou os coroados acerca da forma como cortavam seus cabelos e da prática de arrancarem todos os pelos do corpo, obteve destes a resposta de que a mesma visava à aparência jovial, pois deixaria que os brancos se aproximassem, facilitando a morte dos inimigos.

A relação entre Mabilde e os coroados aconteceu em dois momentos distintos, que servirão de marcos para as considerações apresentadas a seguir. O primeiro deles consiste na incursão do engenheiro pelo interior da província, entre 1836 e 1837, após colher informações prévias na região das missões e o segundo configura-se pela atividade do autor como engenheiro oficial da colonização, a partir de 1848. Primeiramente, apresentarei informações sobre coroados observadas por Mabilde na década de 1830 e, em seguida, sobre o final da

⁶² Ibidem, p. 8.

década de 1840 e início da década de 1850, com ênfase na questão dos aldeamentos dos coroados e nos assaltos a fazendas.

Penetrando o “sertão” em 1836, o engenheiro encontrou em um espaço de campo aberto um conjunto de sete montículos de terra, que concluiu tratarem-se de sepultamentos indígenas. Escavou alguns desses enterramentos e identificou ossos humanos em avançado estado de decomposição. Ainda no mesmo ano, Mabilde relata ter encontrado indígenas coroados em uma mata e não ter conseguido comunicar-se com eles, por desconhecer seu idioma. Mesmo assim, pode assistir ao enterramento do cacique *Cun-nhungoê* sem, entretanto, dirimir as dúvidas sobre as práticas funerárias dos coroados que se originaram quando escavou os montículos que encontrara no campo. No relato desta primeira fase de contato com os coroados, o autor nos apresenta uma evidência dos ataques desses indígenas a fazendas, pois afirma que

Algumas daquelas cunhas que, nos anos de 1835 e 1841, encontrei nas mãos dos coroados, tinham sido achadas, por acaso, fora das matas de pinheiros. Guardavam como relíquias aqueles instrumentos de pedras cortantes, não obstante já possuírem alguns machados de aço, foices e outras ferramentas roubadas nas suas correrias e assaltos aos moradores das imediações do sertão.⁶³

Sobre os conflitos com os colonizadores, o engenheiro afirma ainda que em 1837 houve o assassinato de alguns tropeiros e escravos na estrada do Campo do Meio, localizada entre o Mato Português e o Mato Castelhana, sendo este último dominado pelos coroados, por tribos subordinadas ao cacique principal Braga. A sudeste desse mato, na confluência do rio Turvo com o rio da Prata havia outras tribos subordinadas ao mesmo cacique principal, que juntamente com os grupos do Mato Castelhana, foram reunidas por Braga para comemoração do ataque aos tropeiros.

Nesta celebração, o cacique subordinado Doble e algumas tribos que convencera efetivaram um plano de insurgência contra o cacique principal, dando origem a um conflito que se estendeu pelas décadas seguintes. Segundo Mabilde, as divergências entre os grupos coroados geravam guerras de extermínio que só terminavam com o aniquilamento de um dos grupos envolvidos, sem possibilidades de reconciliação. Estas últimas informações foram colhidas pelo engenheiro já na segunda fase de sua relação com os coroados, quando conheceu o cacique Braga.

A partir de 1848, Mabilde tornou-se engenheiro das colônias, nomeado pelo governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Entre seus diversos trabalhos nesse cargo, realizou a abertura da estrada que ligava a região de colonização alemã no vale do Caí ao

⁶³ Ibidem, p. 215.

Passo do Pontão, no norte da província, passando pelo Rio das Antas e pelos campos da Vacaria. Durante a abertura desse caminho, relata ter encontrado diversos grupos de coroados, especialmente o do cacique Braga, que se tornou seu principal contato entre estes indígenas.

No período em que esteve com este grupo, antes de seu aldeamento, Mabilde colheu uma série de informações sobre os coroados e encontrou explicações para algumas de suas questões, originadas nos contatos anteriores. Concluiu que a maioria das discórdias entre as tribos era causada pela falta de mulheres, que mesmo assim eram trocadas por objetos, especialmente de metal que “(...) ordinariamente roubam quando assaltam as moradias mais próximas do sertão”.⁶⁴ O engenheiro chegou a presenciar a troca de uma mulher por uma faca. Esta falta de mulheres entre os coroados poderia explicar a opção dos indígenas pelo seqüestro de mulheres quando dos ataques a fazendas, não fosse a informação dos mesmos de que não tinham relações sexuais com as prisioneiras, fato confirmado por mulheres que foram resgatadas:

Poderia supor que aquelas mulheres me garantissem isso por vexame ou vergonha, porém um cacique e vários coroados me garantiram a mesma coisa, isto é, que os selvagens jamais têm relações com mulheres prisioneiras – privilégio que só têm as mulheres de sua própria raça, únicas que têm esse direito.⁶⁵

Enquanto esteve entre o grupo do cacique Braga, Mabilde observou e apontou ainda outros aspectos do modo de vida dos coroados, como por exemplo informações sobre a constituição física dos indivíduos, a relação do cacique com suas esposas, os procedimentos com as crianças, a sucessão dos caciques, as festas, aspectos da alimentação, o uso das ervas (especialmente o uso de uma erva que inibia a menstruação, sem danos físicos às mulheres coroadas), a confecção das armas e as práticas funerárias. Neste último item, pode responder a questões que levantara na década passada, quando do encontro de sepultamentos indígenas relatado anteriormente. Em junho de 1850, o cacique Braga acompanhou o engenheiro ao local desses sepultamentos e respondeu suas perguntas sobre as práticas funerárias dos coroados.

Além dessas informações, Mabilde obteve do cacique uma explicação sobre o relacionamento entre as tribos dos coroados e destes com os indígenas botocudos, que nas palavras do engenheiro, “(...) tem-se conservado tranqüila na parte nordeste desta província (Rio Grande do Sul)”⁶⁶. Segundo o que Mabilde inquiriu do cacique e de um ancião morador do Rincão de Santa Rita, nos fundos dos campos da Vacaria, as últimas correrias dos

⁶⁴ Ibidem, p. 65.

⁶⁵ Ibidem, p. 68.

⁶⁶ Ibidem, p. 110

botocudos aconteceram em 1798 e 1803, sendo que o conflito não se restringiu ao ataque a fazendeiros, mas houve também lutas com os coroados. Segundo o cacique, naqueles túmulos repousavam justamente os coroados mortos nesses conflitos.

Como funcionário do governo provincial, uma das intenções de Alphonse Mabilde junto ao cacique Braga consistia em convencê-lo a sair da mata e aceitar o aldeamento de seu grupo. Esta já tinha sido a opção de seu inimigo ferrenho, o cacique Doble, motivo pelo qual Braga negava-se a fazê-lo. Após a negociação segundo a qual Braga e Doble não ficariam no mesmo aldeamento, o primeiro cacique selou um acordo com o engenheiro e dirigiu-se com o seu grupo para uma fazenda nas proximidades do Rio Turvo. Deste local, o grupo foi posteriormente para o Campo do Meio, onde se estabeleceu provisoriamente. Segundo Mabilde, mesmo depois de aldeados os coroados mantiveram as rivalidades, saindo para atacar seus inimigos e também fazendeiros “(...) fazendo assim supor que os atacantes são indígenas coroados ainda selvagens, que praticam semelhantes atos de barbaridade”⁶⁷.

Este não parece ter sido o caso relatado a seguir, o qual encerra esta apresentação dos apontamentos do engenheiro Alphonse Mabilde, através da apropriação de suas informações sobre o ataque a fazenda de Mariano Pimentel, nos fundos da Vacaria. Em 1850, Mabilde encontrou 23 tribos de coroados, com 304 pessoas de ambos os sexos, subordinadas ao cacique principal de Braga, que faziam guerra de extermínio contra uma tribo dissidente de apenas 23 indivíduos. Esta última tinha por líder um coroadado chamado Nicuó e era capitaneada por um negro foragido, “(...) escravo de João Mariano Pimentel (...) Esse crioulo, nas correrias que faziam aqueles indígenas nos campos de Vacaria e nos de Cima da Serra, servia de guia e capitaneava aquela pequena força, que se tornou notável e terrível pela sua crueldade”⁶⁸.

Com o aldeamento do grupo do cacique Braga, Nicuó teria tornado-se senhor das matas, desde o Mato Castelhana até os Aparados da Serra, onde viviam os botocudos. Segundo Mabilde, o único cacique que mantinha relações com Nicuó era Doble, que afirmou que o primeiro não aceitava o aldeamento de maneira alguma. Nicuó “(...) ficou conhecido nos Campos de Vacaria e de Cima da Serra pelo nome de João Grande (ave de pernas compridas), pela altura do corpo muito maior que os demais coroados de sua tribo”⁶⁹.

Mabilde afirma que antes de atacarem a fazenda de Mariano Pimentel, os coroados tinham feito uma série de visitas à mesma, com vistas ao reconhecimento do local e do

⁶⁷ Ibidem, p. 47.

⁶⁸ Ibidem, p. 60s.

⁶⁹ Ibidem, p. 61.

funcionamento do mesmo. Teriam sido bem recebidos e bem tratados pelos habitantes da fazenda, durante os meses de junho e julho e atacaram aquele local na ausência do chefe da família, em agosto daquele ano de 1851. O motivo do ataque da fazenda seria a vingança contra o inimigo branco, mas também a busca por objetos de metal.

Esta busca por metais foi apontada pelo pesquisador da história de Vacaria, José Fernandes de Oliveira, apresentado anteriormente, e os apontamentos de Mabilde corroboram suas considerações. Segundo a documentação da câmara do novo município, apenas um mês após esse ataque os filhos de Mariano Pimentel foram resgatados e alguns indígenas foram mortos durante o resgate, não havendo informações precisas sobre as lideranças indígenas no conflito. Nos apontamentos de Mabilde, consta que apenas alguns meses após esse episódio nos fundos da Vacaria, o grupo de Nicuó atacou novamente, desta vez na região da colonização alemã. Trata-se do assalto à família de Pedro Watterpuhl, na colônia do Mundo Novo, em janeiro de 1852. Passado um ano de cativo, a família do imigrante (morto no ataque) foi resgatada e o grupo de Nicuó foi exterminado, inclusive o escravo foragido.

Nicuó pode atacar fazendas após seu inimigo Braga ter aceitado o aldeamento e, segundo o pesquisador José Fernandes de Oliveira, foi perseguido em 1851 pelo cacique Braga, também aldeado. Fica evidente que a história dos grupos indígenas nos Campos da Vacaria e de Cima da Serra relaciona-se nesse momento, direta ou indiretamente, com a política dos aldeamentos, para a qual seguem breves considerações.

3.3 Os aldeamentos

O processo de colonização luso-brasileira da região dos Campos da Vacaria e de Cima da Serra inicia no século XVIII com a abertura do Caminho das Tropas e estabelecimento das primeiras posses de terra e consolida-se em meados do século XIX, com a elevação daquele território à categoria de vila. Este processo histórico foi marcado pelos conflitos entre colonizadores e indígenas de diferentes grupos e a consolidação apontada acontece juntamente ao estabelecimento da política de aldeamento dos indígenas coroados.

O primeiro aldeamento criado foi o de Nonoai, em 1846, mas também houve a concentração de grupos coroados em outros pontos, como o do cacique Doble, próximo ao Pontão, e o do cacique Braga, no Campo do Meio. Na década de 1850, houve uma tentativa frustrada de centralização dos grupos em Nonoai.

O estabelecimento do aldeamento de Nonoai não resolveu o problema dos conflitos entre colonizadores e indígenas, pois vários destes se recusaram a inserir-se nos mesmos. Este

é o caso do cacique Nicuó, relatado anteriormente. Além disso, os grupos aldeados não se enquadraram totalmente nos preceitos estabelecidos pelo poder provincial, utilizando estratégias próprias para manter suas rivalidades com outros grupos coroados.

Essa tensão que permaneceu após o estabelecimento do primeiro aldeamento levou à imediata criação da companhia de pedestres da localidade de Passo Fundo. O grupo que possuía poderes para repressão aos indígenas foi criado para a defesa do aldeamento, mas agiu também na proteção dos fazendeiros e comerciantes da região onde o mesmo foi estabelecido. Localizada no norte da província, espaço conhecido atualmente como Alto Uruguai, na foz do Rio de Passo Fundo, a área fora explorada desde a década de 1830 pelo Comendador João Cipriano da Rocha Loures, mais tarde o primeiro inspetor do aldeamento.

O projeto da política de aldeamentos foi discutido sistematicamente pela Assembléia provincial e, em 1846, o tenente coronel Antônio Maria acompanhou o Padre Penteado aos toldos indígenas da região para início dos trabalhos de evangelização e assimilação dos coroados. Segundo Marisa Nonnenmacher, que analisou a política dos aldeamentos, “Toldo, no Rio Grande do Sul, significava aldeamento de índios já contatados e que, por uma ou outra razão, não ficavam nos aldeamentos ditos ‘oficiais’”⁷⁰. Além disso, conforme verificamos anteriormente, Alphonse Mabilde também agiu no sentido de convencer os coroados a integrarem-se aos aldeamentos. A partir de 1848, o engenheiro trabalhou na abertura da estrada do Pontão que passaria pelo Mato Castelhana, local onde tradicionalmente ocorriam conflitos com os indígenas. Em 1850, conseguiu convencer o cacique Braga a aldear-se no Campo do Meio, mas somente após uma ampla negociação com esta liderança indígena.

Para finalizar, cabe a apresentação de uma outra evidência da agência indígena e sua dinâmica interna, mesmo na fase dos aldeamentos. Segundo Nonnenmacher, “(...) desde os primeiros contatos oficiais, uma das preocupações além da catequese, é integrar o índio ao trabalho, tanto na abertura de estradas como no processo produtivo agrícola”⁷¹. (p. 31) Nesse sentido, a autora apresenta um episódio onde o grupo de indígenas aldeados seguiu a orientação do cacique Vitorino Condá, segundo a qual não era necessário o trabalho agrícola nos ervais, pois o governo provincial proveria o aldeamento em todas as suas necessidades.⁷² Fica evidente que a questão não consistia na indolência essencial dos indígenas (argumento dos administradores), mas sim no conhecimento do cacique e do grupo de que o aldeamento

⁷⁰ NONNENMACHER, Marisa Schneider. *Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul* (século XIX). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 32.

⁷¹ *Ibidem*, p. 31.

⁷² *Ibidem*, p. 49.

era uma necessidade da sociedade envolvente que pressupunha contrapartidas do poder provincial.

Os aldeamentos coroados foram estabelecidos no Rio Grande de São Pedro em momento crucial: consolida-se a presença luso-brasileira nos Campos da Vacaria e de Cima da Serra com a fundação de uma vila e, em 1850, a legislação imperial visa a organizar a propriedade privada da terra e, conseqüentemente, a produção econômica através da chamada Lei de Terras. A proximidade temporal destes acontecimentos não se apresenta de maneira ocasional e relaciona-se a outros processos históricos de maior abrangência, discutidos no próximo capítulo.

Capítulo 4 Tupis e Tapuias nos Campos da Vacaria e de Cima da Serra

4.1 “Pecuária e índios bravos”

Ciro Flamarion Cardoso propõe que na América Latina a transição para uma posição de capitalismo periférico caracteriza-se por mudanças na economia e nas nascentes sociedades nacionais, efetuada por três processos básicos: “(...) abolição da escravidão, a reforma liberal e a colonização de áreas vazias”⁷³.

O autor defende-se das críticas recebidas afirmando que o trabalho não tinha a intenção de ser um manual que resumisse o conhecimento existente acerca da história econômica da América Latina, sendo pelo contrário uma síntese interpretativa organizada seletivamente em torno de certos eixos temáticos e hipóteses. Nesse sentido, sendo que o pesquisador levantou algumas hipóteses interpretativas sobre a história da América, este capítulo visa a relacionar algumas de suas proposições com o processo analisado neste trabalho e discutir as particularidades do mesmo.

O conceito de áreas vazias apresenta-se problemático ao reproduzir a lógica etnocêntrica que desconsidera a história indígena nesses espaços. Entretanto, algumas das considerações do autor mostram-se pertinentes para a análise do processo de colonização dos Campos da Vacaria e de Cima da Serra. Cardoso afirma que em distintas áreas da América houve uma ocupação tardia caracterizada por migrações internas ou marcada majoritariamente pela imigração européia. Essa ocupação caracterizou-se pelo desenvolvimento de atividades econômicas que “(...) ainda quando importantes, continuaram sendo secundárias no conjunto da economia nacional”⁷⁴. No caso da Argentina, o autor analisa a ocupação do sul da campanha de Buenos Aires, marcado pelos movimentos de extermínio de grupos indígenas, como a campanha do general Roca ao “deserto”, em 1879.

Estas novas áreas ocupadas pelas sociedades nacionais em formação ou mesmo no período tardo-colonial, constituíam as antigas fronteiras dos impérios coloniais na América. Sobre essa questão, Ciro Cardoso afirma que os extremos da América colonial eram configurados por duas características básicas: “Pecuária e Índios bravos”⁷⁵. Este é o caso do

⁷³ CARDOSO, Ciro F. S. *História econômica da América Latina*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. p. 138.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 193.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 118.

norte do México, do sul Chile (onde a colonização não logrou ultrapassar o limite do império incaico no rio Bío-Bío) e da região do rio da Prata.

Evidentemente a história das relações entre colonizadores e indígenas não atendeu apenas a uma lógica da estrutura econômica, mas diante da interpretação de Ciro Cardoso podemos tecer algumas associações. O autor defende que, entre outros pontos, as chamadas reformas liberais dos nascentes estados nacionais latino-americanos visavam à legitimação da propriedade privada da terra através da oficialização dos títulos de posse. No Brasil, essa questão foi definida pela Lei de Terras, de 1850.

No que se refere à colonização de “áreas vazias”, essa ocupação tardia foi caracterizada por migrações internas ou marcada majoritariamente pela imigração européia em direção às antigas fronteiras dos impérios coloniais na América. Nesse ponto da análise, torna-se necessário ampliar momentaneamente a escala do presente trabalho e considerar que com o fim da Guerra dos Farrapos, a imigração germânica foi retomada na província do Rio Grande do Sul. Esse movimento de colonização de origem européia soma-se às migrações internas que configuraram a ocupação luso-brasileira dos Campos da Vacaria e de Cima da Serra por mais de um século, consolidando-se com a elevação da região à categoria de vila, em 1850. A política dos aldeamentos dos indígenas coroados, a partir de 1846, buscava assegurar e proteger ambos estes movimentos de colonização.

O período compreendido entre 1846 e 1851 apresenta-se marcado por eventos relevantes: a lei de terras visa a regulamentar a propriedade privada da terra; retoma-se a imigração germânica na província, especialmente ao nordeste da mesma, que vinha sendo ocupado por fazendeiros luso-brasileiros, desde o século XVIII; a política de aldeamento dos índios coroados visava à proteção destes dois movimentos colonizadores. Diante das considerações de Ciro Flamarion Cardoso, pode-se afirmar que o processo de colonização da região dos Campos da Vacaria e de Cima da Serra insere-se em um movimento mais amplo, ou seja, a expansão das fronteiras coloniais latino-americanas da transição entre os séculos XVIII e XIX. Após a apresentação das características que levam a essa percepção, cabe o questionamento acerca das particularidades do processo ora analisado.

4.2 As cruces e os bugres: índios cristãos e índios gentios

Se a colonização dos Campos da Vacaria e de Cima da Serra insere-se em movimentos de maior escala (verificados em diversos pontos da América Latina colonial e do período de formação dos estados nacionais), também apresenta características particulares.

Em todo o continente o processo de avanço sobre os antigos limites coloniais foi marcado pela relação entre colonizadores e ameríndios. No caso que constitui o objeto da presente pesquisa, esta relação foi marcada temporal e qualitativamente. Ao que tudo indica no século XVIII os conflitos aconteceram majoritariamente com os indígenas guarani-missioneiros e, no XIX, com os coroados. A posição dos fazendeiros de Vacaria que afirmaram que os conflitos de 1779 ocorreram contra índios coroados e as informações sobre grupos botocudos na região (atacando fazendas em 1798 e 1803) nos leva ao reconhecimento que o processo é mais complexo. Entretanto, as fontes documentais analisadas até o momento, bem como as informações oriundas da historiografia levam a compreensão acima, ou seja, que há um marco temporal e qualitativo que distingue a relação entre colonizadores e indígenas.

Baseando-se nas fontes podemos afirmar que em termos qualitativos observa-se nesses conflitos a contraposição de duas visões sobre a realidade indígena: a dos guarani aldeados em reduções, cristianizados, aliados e súditos espanhóis e a dos coroados, “índios bugres selvagens que infestam as matas deste município”⁷⁶. Nesse sentido apresenta-se a dicotomia observada por John Monteiro no que tange ao passado indígena e a escrita de sua história:

Inscrito inicialmente no binômio Tapuia/Tupi, este padrão foi reciclado em várias conjunturas distintas, reaparecendo em outros pares de oposição, tais como bravo/manso, bárbaro/policiado ou selvagem/civilizado.⁷⁷

Na perspectiva temporal, o marco reside na incorporação das missões da banda oriental do Rio Uruguai ao império português, em 1801. A partir desse momento não se apresentaram nesta investigação outras evidências da presença de guaranis nos Campos da Vacaria e de Cima da Serra. Justamente neste momento, os relatos coletados pelo engenheiro Alphonse Mabilde mencionam ataques botocudos e os conflitos que se estendem pela primeira metade do século acontecem com os índios coroados.

Voltando a questão da visão dicotômica dos colonizadores em relação aos índios, temos no relato de Alphonse Mabilde alguns indicativos. Quando teceu comentários sobre os aldeamentos dos coroados estabelecidos na província, afirmou categoricamente que a estratégia empregada pelos inicianos para redução dos guaranis não poderia ser empregada juntos aos coroados pois “(...) são dotados de mau gênio, de má índole e de todos os defeitos

⁷⁶ Carta da Câmara Municipal da Vacaria para o presidente da província. AHRs, Correspondência expedida da Câmara de Vacaria, caixa 185, maço 343, (pasta 1851-1882), Vacaria, 16 de setembro de 1851.

⁷⁷ MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese (de livre docência) – Departamento de Antropologia, IFCH – Unicamp, Campinas, 2001. p. 8.

que, naturalmente, se opõem a uma pronta civilização (...)”⁷⁸. Essa visão contrasta com a caracterização dos guaranis, encontrados pelo autor em 1834: “Para a catequese e civilização dos indígenas guaranis – naturalmente bons e humildes, dotados de uma inteligência que os coroados não possuem (...)”⁷⁹.

Para além da visão que os colonizadores tinham dos indígenas, percebe-se no processo analisado diferentes formas de agência entre guarani - missioneiros e coroados. Ambos os grupos enfrentaram os colonizadores luso-brasileiros, mas com motivações e atitudes distintas, fruto de suas próprias estratégias diante da conquista. Não se pretende discutir no momento os motivos que levaram os guaranis às missões jesuítas, mas sim evidenciar que estando nelas agiram de uma determinada maneira ao longo do século XVIII. Como súditos espanhóis que eram, trabalharam na criação da Vacaria dos Pinhais e obstruíram o caminho das tropas em 1735, atendendo uma estratégia bélica que visava inibir o inimigo português tanto neste espaço, quanto na Colônia do Sacramento. Além disso, décadas mais tarde souberam fazer valer seu direito de súditos, pois a reclamação de ataque que o próprio vice-rei do Rio da Prata efetivou nos leva a crer que realmente eram guaranis os indígenas mortos pelos fazendeiros da Vacaria, em 1779.

Já os coroados escolheram outra forma de ação, optando pelo aldeamento muito tempo depois em relação aos guaranis. Se os fazendeiros se enganaram ou até mesmo mentiram que os indígenas mortos no conflito citado anteriormente seriam estes índios “gentios” é porque os conheciam e sabiam que ocupavam a região. As evidências obtidas até o momento apontam para conflitos entre colonos e botocudos, na transição do século XVIII para o XIX. Entretanto, esses conflitos não aconteceram apenas nesse sentido, pois o próprio cacique Braga afirmou a Mabilde que nesta mesma época houvera um sério enfrentamento de seus antepassados coroados com os mesmos botocudos. Não se objetiva negligenciar o impacto que a colonização trouxe para a história ameríndia, mas sim evidenciar que, como no caso dos coroados, esta possui uma dinâmica própria, evidenciada no caso pelos confrontos com outros grupos indígenas e até mesmo com aqueles de sua própria cultura. Segundo o próprio Mabilde observou “As perseguições que os coroados se fazem entre si é que têm obrigado algumas tribos a aldear-se. A não ser nessa circunstância os coroados – como essa pequena tribo de botocudos – continuariam na sua vida selvática.”⁸⁰

⁷⁸ MABILDE, Pierre François Alphonse Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: IBRASA/INL; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1983 [1836-1866]. p. 197.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 195.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 209.

Estas considerações não visam a defender que enquanto os coroados estavam agindo por conta de suas lógicas internas os guaranis não as possuíam e só se pautavam por sua relação com o Império Espanhol. O que se pretende demonstrar é a forma como estes distintos grupos indígenas se posicionaram nos conflitos com os luso-brasileiros, durante o processo analisado neste trabalho. Se os guarani agiram de acordo com interesses que também eram imperiais não se tornaram menos índios que os coroados, que enfrentaram os colonizadores pautados pelos interesses de seus grupos, dados em um determinado momento histórico.

Tupis ou Tapuias, súditos de um império ou fiéis a um cacique, atacando uma fazenda para matar “tudo que era vivente”⁸¹ ou levando algumas mulheres com o grupo, enfim, cristãos ou infiéis, os índios não foram meras vítimas da colonização luso-brasileira daquele espaço que os últimos chamaram de Campos da Vacaria e de Cima da Serra. Tampouco foram apenas obstáculos à civilização, como defendido pelos cronistas municipais. Estes grupos ameríndios agiram naquele espaço (como os luso-brasileiros, os escravos africanos ou os imigrantes germânicos) de acordo com as suas categorias culturais e com possibilidades oferecidas pelo momento histórico, inclusive naquelas em que o conflito não era a única opção, como veremos a seguir.

4.3 Outras relações entre indígenas e colonizadores

Nesta investigação apresentaram-se poucos indícios de outras formas de relação entre colonizadores e indígenas, além dos conflitos apresentados até o momento. Entretanto, o próprio Mabilde nos oferece uma informação que merece ao menos a nossa reflexão:

Encontram-se, não obstante, entre os nomes dos coroados, alguns que seriam bem difíceis de se imaginar como é que os conheceram – a não ser por tradição – e que talvez remontem aos primeiros tempos dos missionários jesuítas. Assim, um dos caciques que encontramos nos sertões dessa província e que, pela sua aparência, era um homem de cinquenta anos, chamava-se *Braga*. Garantiu-me ele que não sabia o que significava o seu nome, nem donde lhe viera, mas que o trazia desde a sua infância e que nunca teve outro nome. Não deixa de ser notável encontrar-se, entre esses selvagens, um nome deste que não pode deixar dúvidas sobre a sua origem portuguesa. O mais singular, ainda, é que os coroados pronunciavam a palavra *Braga* com toda a clareza e precisão, sem a menor corrupção nos sons que a compõem.⁸²

Não é possível averiguar se o nome do cacique Braga remontava ao período em que os jesuítas estiveram no planalto mas, consultando os mesmos apontamentos de Alphonse

⁸¹ Depoimentos de Luís Antônio da Rocha e Manuel da Fonseca Paes. BNRJ – Divisão de Manuscritos, Códices 9, 4, 9; n.º 126, fl. 10-12, 23.03.1791.

⁸² MABILDE, op. cit., p. 75.

Mabilde, podemos defender que houve outras formas de relação entre colonizadores e indígenas. A primeira delas consiste em que, segundo o engenheiro, antes do ataque à fazenda de Mariano Pimentel nos fundos da vacaria, em 1851, os índios coroados haviam visitado aquele sítio e sido bem recebidos pela família. Esta fazenda ficava situada a uma longa distância do povoado de Vacaria e seus habitantes deveriam saber que era imprescindível estabelecerem um contato amistoso com os índios.

Há um indivíduo que não pode ser qualificado como colonizador, mas sendo oriundo do espaço colonial que se consolidava naquela região com a fundação da vila de Vacaria, estabeleceu uma forte relação com um grupo ameríndio. Trata-se do “(...) escravo de João mariano Pimentel (...) [que] nas correrias que faziam aqueles indígenas nos campos de Vacaria e nos de Cima da Serra, servia de guia e capitaneava aquela pequena força, que se tornou notável e terrível pela sua crueldade”⁸³. Em 1851, juntamente com os coroados do cacique Nicuó, atacou a fazenda do antigo senhor e esta é a explicação para o conhecimento do apelido de D. Bárbara e o “causo” do “Nhá Boreta, cos bugre não se meta”. Segundo Mabilde, o escravo fugido permaneceu com o grupo de Nicuó até 1853 quando foram todos mortos durante o resgate da família germânica Watterpuhl.

Neste mesmo conflito de 1851, outra relação inter-étnica se estabeleceu, havendo infelizmente no momento poucas informações sobre a mesma. Segundo a correspondência da câmara de Vacaria sobre os episódios, “Morreram cinco indígenas, sendo uma mulher, três homens e foi agarrado um pequeno, que se acha em casa de Joaquim de Paulo e Silva”. Não é seguro conjecturar as possibilidades de tratamento dado a este menino, pois é a única evidência empírica deste tipo de relação, mas podemos presumir que a intenção dos fazendeiros não fosse simplesmente de vingança, mas de incorporação do mesmo à sociedade nacional “civilizada”.

A investigação apresentada neste trabalho evidenciou majoritariamente relações conflituosas entre ameríndios e colonizadores. Entretanto, a análise do relato da abertura de estradas entre 1727 e 1732, revelou que a expedição de Francisco e Sousa e Faria que abriu o caminho dos conventos e iniciou a efetivação da presença portuguesa no planalto meridional, partiu da vila de Santos “(...) com 35 pessoas, entre índios e brancos (...)”.⁸⁴ Para penetrar o sertão, a expedição necessitou da sabedoria ameríndia que estruturou inclusive toda a história

⁸³ MABILDE, op. cit., p. 60-61.

⁸⁴ FARIA, Francisco de S. Do novo caminho que se descobriu das campanhas do Rio Grande, e a Nova Colônia do Sacramento para a Vila de Curitiba no Ano de 1727 por ordem do Governador e General de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel. 1ª Prática- Dada ao R. P. M. Diogo Soares, pelo Sargento-Mor da Cavalaria Francisco de Souza e Faria, primeiro abridor do dito caminho. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXIX, 1909, p. 237.

das antigas entradas e bandeiras. Na ocupação luso-brasileira dos Campos da Vacaria e de Cima da Serra a ação indígena foi decisiva desde o primeiro momento até o ponto de ser o objeto do primeiro ato oficial da câmara de vereadores que consolidou esse processo de colonização. Neste sentido, as notas para a escrita de uma história ameríndia naquele espaço demonstram o quão significativas foram suas ações durante a incorporação daqueles campos a três distintos impérios no espaço de 150 anos.

Conclusão

Em 1930 foi escrito o primeiro livro sobre a história da região de Vacaria, atual nordeste do estado do Rio Grande do Sul. A primeira frase dessa obra de autoria do escritor Manoel Duarte, intitulada *No Planalto*, constitui-se de uma citação de Oliveira Viana: “Esse deslocamento para o interior, para a conquista da terra, não é empreza [sic] suave. O conquistador tem que vencer, a um tempo, as agrestias da natureza tropical, as traições das alimárias ferozes a oposição tenaz e insidiosa do gentio.”⁸⁵

Desde então, a história dos índios naquele espaço durante o processo de colonização foi descrita como a resistência ao avanço da civilização. Acompanhou a trajetória da escrita da história nacional que nas últimas décadas vem sendo questionada, conforme se apresentou no capítulo primeiro. Neste mesmo capítulo, evidencia-se que em trabalhos de natureza diversa a história dos índios no espaço que ficou conhecido como Campos da Vacaria e de Cima da Serra vem sendo reescrita, a partir de evidências levantadas principalmente pela arqueologia e pela antropologia dita histórica.

O diferencial do presente trabalho de conclusão de curso consiste nos recortes estabelecidos. Sua única novidade é o trabalho indígena na abertura dos caminhos portugueses, entre 1727 e 1732, pois todos os outros dados apresentados já haviam sido levantados em algum momento, desde os memorialistas locais até os cientistas sociais acadêmicos. Entretanto, os recortes estabelecidos permitiram chegar a algumas conclusões que estavam apenas levemente esboçadas em outros estudos.

Tendo por marco a colonização luso-brasileira daquele espaço, buscou-se investigar as relações estabelecidas entre colonizadores e ameríndios, visando a analisar quais seriam os seus significados históricos. Nesse sentido, as conclusões obtidas dão conta de que o significado histórico das relações estabelecidas entre esses agentes consiste, a priori, em uma realidade verificada em escala continental naquele momento. Trata-se do processo de ampliação das fronteiras coloniais na América, ocorrido nos séculos XVIII e XIX, que acentuaram a expansão iniciada no século XVI.

Este foi um processo com peculiaridades regionais, verificadas no contexto analisado neste trabalho. A expansão das fronteiras coloniais sobre o planalto meridional, assim como sobre todo o território que viria a ser o Rio Grande de São Pedro, significou o choque entre dois impérios. Entretanto, as forças imperiais não foram as únicas a se posicionarem. Outro

⁸⁵ VIANNA, Oliveira apud DUARTE, Manoel. *No Planalto: Epizódios e paizajens sobre o Nordéste Riograndnese*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930. p. 13.

campo de força foi acionado, no caso o ameríndio, configurando uma realidade que o historiador Eduardo Neumann conceituou como a fronteira tripartida.

Mas esse “campo de força” ameríndio não foi monolítico, pois o mundo indígena pré e pós a expansão européia possui alta diversidade e dinamismo, inclusive histórico, vale a pena frisar. Nesse sentido, as forças indígenas colocadas em ação durante o processo analisado evidenciaram as distinções da história dos guarani – missioneiros e dos coroados, sendo que a questão dos botocudos nem foi particularizada e revelaria ainda mais a complexidade da questão.

Como súditos espanhóis os guarani – missioneiros souberam aliar seus próprios interesses com as necessidades imperiais de contraposição aos portugueses. Além disso, mesmo quando as autoridades metropolitanas buscavam a paz entre as monarquias, os guaranis fizeram com que os agentes coloniais se mobilizassem por conta de suas demandas, como nos conflitos de 1779. Enquanto isso os coroados mantiveram suas rivalidades internas e souberam se aproveitar da aliança com os brancos nos aldeamentos para resolver seus próprios problemas, na medida em que mantiveram a guerra de extermínio com outros grupos de coroados, bem como os assaltos a fazendas para suprir suas necessidades.

Para além dos conflitos, pode-se defender a hipótese de que outras relações se estabeleceram entre colonizadores e indígenas naquele espaço, conforme a historiografia apontou em outros contextos.

Para finalizar, torna-se necessário afirmar novamente que este trabalho não visa a relativizar o impacto da expansão européia na história dos ameríndios. Busca-se apenas, a partir de marcos teóricos mais adequados, poder analisar a forma como os distintos grupos indígenas agiram nesse novo contexto e os significados de suas ações.

Nesse sentido, apresentaram-se nesse trabalho de conclusão de curso algumas “notas para uma história ameríndia”, que evidenciaram algo que John Monteiro propôs já há quase vinte anos: “Basicamente ignorada pela historiografia vigente, a dinâmica interna do Brasil indígena teve suficiente profundidade e densidade histórica para influenciar de maneira significativa a formação da Colônia.”⁸⁶

⁸⁶ MONTEIRO, John M. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 18.

Referências

Fontes Primárias Manuscritas

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

Carta da Câmara Municipal da Vacaria para o presidente da província. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), Correspondência expedida da Câmara de Vacaria, caixa 185, maço 343, (pasta 1851-1882), Vacaria, 16 de setembro de 1851.

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Relação dos moradores que têm campos e animais no Distrito da Freguesia de N. Sr^a. Da Oliveira da Vacaria e Cima da Serra... Porto Alegre, 4.8.1785. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro, cód. 104, v. 7, fl.240.

BNRJ – Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Ofício do governador da capitania do Rio Grande de São Pedro, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, ao vice-rei. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Divisão de Manuscritos, Códices 9, 4, 10.

Depoimentos de Luís Antônio da Rocha e Manuel da Fonseca Paes. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ) – Divisão de Manuscritos, Códices 9, 4, 9; n.º 126, fl. 10-12, 23.03.1791.

Fontes Primárias Editadas

ABREU, Cristóvão P. Do novo caminho que se descobriu das campanhas do Rio Grande, e Nova Colônia do Sacramento para a Vila de Curitiba no ano de 1727 por ordem do Governador e General de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel. 3^a Prática- Dada pelo Coronel Cristóvão Pereira de Abreu sobre o mesmo caminho ao R.P.M. Diogo Soares. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXIX, 1909. pp. 253-259.

FARIA, Francisco de S. Do novo caminho que se descobriu das campanhas do Rio Grande, e a Nova Colônia do Sacramento para a Vila de Curitiba no Ano de 1727 por ordem do Governador e General de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel. 1^a Prática- Dada ao R. P. M. Diogo Soares, pelo Sargento-Mor da Cavalaria Francisco de Souza e Faria, primeiro abridor do dito caminho. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXIX, 1909, p. 239.

MABILDE, Pierre François Alphonse Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: IBRASA/INL; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1983 [1836-1866].

Bibliografia

ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na época da sucessão de Espanha*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1973.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Vacaria dos Pinhais*. Porto Alegre: EST, 1978.

BECKER, Ítala Irene Basile. *O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1995.

BOCCARA, Guillaume. Fronteras, mestizaje y etnogénesis em las Américas. In: MANDRINI, Raul; PAZ, Carlos (comp.). *Las fronteras hispanocriolas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII-XIX: Un estudio comparativo*. Tandil: IEHS. 2003. p. 63-93.

CARDOSO, Ciro F. S. *História econômica da América Latina*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, 1992.

COPÉ, Sílvia Moehlecke; SALDANHA, João D. M. Em busca de um sistema de assentamento para o planalto Sul Riograndense: escavações no sítio RS-AN-03, Bom Jesus, RS. *Pesquisas: Antropologia*, São Leopoldo, n.58, pp.107-120, 2002.

COPÉ, Sílvia Moehlecke *et al.* Contribuições para a pré-história do planalto: estudo da variabilidade de sítios arqueológicos de Pinhal da Serra, RS. *Pesquisas: Antropologia*, São Leopoldo, n.58, p.121-138, 2002.

DUARTE, Manoel. *No Planalto: Epizódios e paizajens sobre o Nordeste Riograndense*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.

_____. Velhos documentos riograndenses; a defesa do distrito dos pinhais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n.º 93, p. 194-204, I Trimestre de 1944.

_____. Velhos documentos Riograndenses: a irrupção dos índios no Distrito de Baqueria, em 1779. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n.º 97, p. 33-36, I Trimestre de 1945.

FERREIRA, Mariluci Melo. *Tramas de poder : disputas políticas nos campos de cima da serra-RS (1850-1880)*. 2002. Dissertação (mestrado em História Regional) - Programa de Pós Graduação em História da UPF. Passo Fundo, 2002.

FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro: povoamento e conquista*. Rio de Janeiro: Bloch, 1941

GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

HAMEISTER, Martha D. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727– c. 1763)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

KUHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. 3ª Ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

_____. Uma fronteira do império: o sul da América portuguesa na primeira metade do século XVIII. *Anais de história de além-mar*, vol. VIII, p. 103-121, 2007.

MONTEIRO, John M. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

_____. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese (apresentada para o concurso de livre docência) – Departamento de Antropologia, IFCH – Unicamp, Campinas, 2001.

NEUMANN, Eduardo S. A fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 25-46.

NOELLI, Francisco. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas. *Revista da USP*, São Paulo, n.º 44 (2), p. 218-269, 1999/2000.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. *Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul (século XIX)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

OLIVEIRA, José Fernandes de. *Rainha do Planalto*. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 1959.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954 [1943]. 2v.

REIS, José Alberione dos. *Arqueologia dos Buracos de Bugre: uma pré-história do Planalto Meridional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

SAHLINS, Marchal. *Metáforas históricas e realidades míticas*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 2008 [1981].

SCHMITZ, Pedro Ignácio et al. O projeto Vacaria: casas subterrâneas no planalto rio-grandense. *Pesquisas: Antropologia*, São Leopoldo, n.58, p. 7-105, 2002.

SILVA, Adriana Fraga da. *Estratégias materiais e espacialidade: uma Arqueologia da Paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS*. 2006. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) - Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS. Porto Alegre, 2006.

SILVA, Adriana Fraga da; BARCELOS, Artur Henrique Franco. A “terra de ninguém” índios e bugres nos Campos de Cima da Serra. In: BOEIRA, Nelson & GOLIN, Tau. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, Ed. Méritos, 2009. v. 5. pp. 63-80.

WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones guaraníes*. Buenos Aires: Ed. SB, 2009.

Sítios consultados na internet

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2007/defaulttab.shtm>>. Acesso em 26 de outubro de 2010.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Micro_Vacaria.svg>. Acesso em 26 de outubro de 2010.

ANEXO A



Microrregião de Vacaria, segundo o IBGE

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Micro_Vacaria.svg>.

Acesso em 26 de outubro de 2010.